

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**TRABALHO COM RESOLUÇÃO REDUZIDA DEVIDO AO TAMANHO
LIMITE DOS ARQUIVOS ACEITOS PELO SISTEMA USP(12Mb).**

**ENTRE EM CONTATO SE TIVER INTERESSE NO
DOCUMENTO EM SUA QUALIDADE INTEGRAL:**

jczelic@gmail.com

Os mapas do etnocídio

O Projeto RADAM e a invasão dos territórios indígenas:
as consequências de uma geografia a serviço
da ditadura empresarial-militar brasileira

*Vivendo acabo por revisitar territórios em que nunca passei,
pois os tantos pés que já tocaram essa terra nos lembram,
diariamente, o fascínio da memória viva, fundadora do tempo e da
história. É a cultura em seus processos de territorialização.*

Julio Capriglione Zelic

Orientador: Eduardo Donizeti Giroto

SÃO PAULO - SP

2025

Sumário.....	02
Introdução.....	03
Do fazer sentido, por que da memória?.....	03
Objetivos, fontes, metodologias e caminhos.....	06
Das violências do desenvolvimento forçado - Parte 1, Contexto.....	10
1. O “Vazio”.....	10
2. Das diferentes formas que o Estado vê o “índio”.....	13
3. RADAM - A Integração Nacional e a importação do radar.....	22
A geografia como instrumento de violência e o Projeto RADAM - Parte 2, Técnicas e Consequências.....	35
1. Dos dados aos fuzis.....	35
2. Por dentro dos mapas.....	51
Da dívida histórica à reparação: por uma geografia anti-etnocida - Parte 3, Considerações Finais.....	81
1. A historicidade dos traumas.....	81
2. Os mapas do futuro.....	88
Referências.....	94

Introdução

Do fazer sentido, por que da memória?

Sobre os sentidos

Ultimamente tenho feito muitas perguntas, e poucas vezes me vejo conseguindo resolvê-las. “*A dúvida é a pulga atrás da orelha de que alguma coisa não está certa entre os meus hábitos da mente e a existência dada ou cambiante do mundo*” (Povinelli, 2024, Catástrofe Ancestral. p.21). Nessa dificuldade de fazer sentido ao longo do tempo, *tão inventivo e aparentemente contínuo*, guardamos, no que há de mais vivo dentre os detalhes que vão passando, tanto a poesia de Caetano¹ quanto a vida de uma criança em Gaza, encarando tamanha catástrofe. É a efemeridade do que há de mais essencial.

Quando dava aulas ao 7º ano, tratando das relações ser humano-natureza, e tentando construir, junto a eles, uma ideia de *natureza como ente*, capaz de ter direitos diante de toda sua grandeza, acabava por ver diretamente os jovens preocupados com o futuro. Uma menina de 12 anos me disse: “*não quero ter filhos. Pra por nesse mundo, qual o sentido?*”. E novamente vemos o fascismo dando as caras nos jornais de todo ocidente. A ausência de futuro para as novas gerações é consequência da crise sistêmica do projeto de mundo que nos foi imposto. Antes de nascermos tudo isso já parecia estar decidido, exatamente como eu li, quando jovem: *um admirável mundo novo*. Tantas vezes, a realidade acaba por nos espantar mais que a ficção.

Se queremos construir juntos novos projetos de futuro, e achar sentidos que para nós, como sociedade, justifiquem a reprodução da vida coletiva, devemos, como parte do processo, nomear os agentes que constroem a hegemonia da violência que nos impele a crer no fim do mundo e assim decifrar os sentidos constituídos por eles antes de internalizá-los como razão nossa. Não é porque fazemos que acreditamos, e nem porque acreditamos que fazemos, agora, com tamanha desconexão entre o ser, o querer e a construção do sentido, quantas vezes somos impelidos, mesmo que discretamente, a abrir mão de nossa própria história?

Por isso, trazer o tempo ao diálogo é essencial. Ele é tão meu quanto de ninguém; tão seu quanto nosso; da mamangava e do manacá; da pedrinha que já

¹ Oração ao tempo - Caetano Veloso

foi montanha. E assim adentramos a história dessa pesquisa: uma ditadura militar, que não vivi; a tecnologia do radar, que nunca usei em minha geografia; inúmeros povos indígenas na Amazônia, que nunca os conheci dentro de seus territórios; e mesmo assim, todos esses crimes cometidos nesse período, quando tocam meu pensar, me levam ao choro. Por quê? Seria isso o suficiente para justificar uma pesquisa?

Sobre a memória

Todo domingo fazíamos macarrão na casa de minha avó, que sempre preparava os almoços com maior carinho. Eu colocava a mesa, ajeitava todos os talheres de forma exemplar. Era uma cultura de nossa comunidade familiar, totalmente insignificante para qualquer outra família. Após sua morte, mantivemos os almoços de domingo por algum tempo, mas aos poucos, sua ausência tomou espaço maior que a presença de nossas memórias, e assim perdemos este hábito, enquanto outros ficaram. Quanto mais tempo passa, mais difícil se torna acessar essas lembranças, não por maldade ou falta de vontade, mas porque lembrar é um hábito tanto do consciente quanto do inconsciente, não tenho dúvida de que você poderia transpor isso para uma experiência única de sua vida.

Dentro de nossa ideia de futuro, é preciso caber as memórias que achamos essenciais manter, e assim nos tornamos guardiões delas, às vezes num esforço consciente, às vezes apenas carregando a certeza de que na hora certa lembraremos a partir de algum ativador de memória. Isso vale desde da saudade de alguém querido quanto de fazer um caminho que não é feito há algum tempo, qual era o ônibus mesmo? *Pelas ruas que andei procurei* e logo quando tive medo de esquecer, aquele acaso de ouvir tocar Alceu só pra *anunciar*, que certas coisas a gente nunca esquece.²

Parte de minha história com a ditadura vem de minha família materna, de mulheres que assiduamente lutaram contra ela; parte vem de meu pai, que tratou o tema da memória como centro de seus estudos comunitários. Não por acaso soube lidar com a grande tristeza do alzheimer de sua mãe, brincando com ela, enquanto deixava de ser seu filho para interpretar seu pai, achando os laços perdidos para amarrar o convívio, protegê-lo do esquecimento que nossa sociedade vê como

² *Pelas ruas que andei* - Alceu Valença
Anunciação - Alceu Valença

tratamento normal aos nossos próprios progenitores, essa coisa estranha chamada de asilo para idosos, ou algum outro nome mais bonito.

Essas marcas do tempo constituem minha história, neste grande atravessar de tantas outras, como que numa dança curiosa, acabam por colocar meu referencial em muitos lugares que não sabia sequer que também eram meus. Aos 12 anos de idade eu gostava de jogar bola, enquanto isso meu pai trabalhava na Comissão Nacional da Verdade (CNV), apurando crimes cometidos na ditadura militar. Certo dia, um indígena do povo Yagua, que vive nos estados do Acre e do Amazonas, enviou um email a meu pai com a foto de uma carta escrita à mão, um tanto trabalhosa dentro da dificuldade de se escrever em uma língua estrangeira, que questionava aos membros da CNV porque os crimes cometidos contra os povos indígenas não seriam apurados. Tuxaua Kaxalpynia endereçou este email a muitas pessoas, apenas meu pai, naquele contexto, achou relevante dar atenção a essas histórias.

Kaxalpynia veio em casa contar os fatos, fizeram um vídeo³, nele reconheço nossa antiga cortina e a voz de meu pai. Sinto saudade, mas naquela época, com apenas 12 anos, não entendia o que estava acontecendo.

O povo Yagua era um povo isolado, por autodeterminação, viram a vida dos brancos e optaram por não fazer parte. Os brancos, claro, não respeitaram essa autonomia prevista na lei.

Após este contato inicia-se a pesquisa sobre os crimes cometidos pelos governos militares contra os povos indígenas, e até 2014, na entrega do relatório da CNV, são estudados apenas 10 povos. Hoje, em 2025, temos, segundo o IBGE, 311 povos indígenas autodeclarados (sem contar os povos exterminados). Nestes poucos povos estudados chegou-se ao número de pelo menos 8350 indígenas assassinados por decorrências diretas de ações do governo militar, número quase 20 vezes maior do que o de mortos e desaparecidos em contexto urbano.

Palavreando brevemente, a ditadura, expandindo em direção a Amazônia, passou o trator por cima de quem estava lá, quer dizer, não apenas o trator, levando em conta que mais de 2000 indígenas do povo Waimiri Atroari foram genocidados no contato forçado pelos invasores que, dentre os aparatos de violência utilizados, havia inclusive o *agente laranja*, a mesma arma química presente na guerra do

³ Tuxaua Kaxalpynia e a Comissão Nacional da Verdade - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ahPdJqE41nE>

Vietnã. O que tinha neste território? Uma reserva enorme de ouro e estanho, descoberta pelas tecnologias do radar.

Isso é um dos casos que vamos aprofundar nesta pesquisa, caso já estudado antes por meu pai e outros pesquisadores que tive a sorte de conhecer. Citei-o apenas para mostrar como uma história se junta a outra, quer dizer, talvez eu não estivesse apenas jogando bola, mas ativamente guardando memórias para poder vê-las em um período de mais maturidade. Sinto que agora, com um tanto de geografia e mais um bocado de saudade, posso começar a trabalhar estes temas.

Objetivos, fontes, metodologias e caminhos

Este trabalho busca debater as relações entre a técnica geográfica e a violência sofrida pelos povos indígenas no período da ditadura empresarial-militar brasileira. São muitas as dúvidas que vão surgindo quando trabalhamos este sangrento momento de nossa história. Parece que cada documento, cada memória, revela uma ponta solta de traumas em aberto. Essa sensação não é diferente para os povos indígenas, que nunca tiveram um processo justo de reparação das violências que sofreram.

A técnica geográfica, como uma ferramenta potente, é capaz de muitas coisas e, no contexto da ditadura, foi essencial para o mapeamento da floresta amazônica, a partir do Projeto RADAM. Esses mapas permitiram explorações de gigantescas jazidas minerais, extração de madeira, constituição de áreas para a monocultura, entre outras práticas de extrativismo e produção nos padrões capitalistas de devastação. Na região em disputa vivem e viviam inúmeros povos indígenas, e enquanto escutava histórias sobre as violências sofridas por esses povos, me perguntava a respeito das técnicas desta violência.

Entender a técnica é um importante passo para impedir a repetição dos crimes, e não tenho dúvida, que sem mapas, nada disso teria acontecido dessa forma. Por isso vi a necessidade de confrontar os mapas que serviram de base para esse projeto de integração nacional. Para isso, foi preciso abrir as cartas do Projeto RADAM, que, na década de 70, foram as primeiras a mapear precisamente a Amazônia, e encontrar nelas as violências contra os povos, mapeá-las como forma de defesa e denúncia. Essa tentativa vem de uma noção enraizada da história, onde trabalhar a memória do passado é também lutar pela memória do presente. Acredito

que inúmeros crimes e impunidades dos dias de hoje jamais teriam ocorrido se a ditadura que nosso país viveu tivesse sido seriamente condenada e seus atores julgados pelas barbáries cometidas.

Para caminhar em direção aos objetivos deste trabalho, intercalaremos fontes primárias como os documentos do Projeto RADAM, da FUNAI, de ministérios brasileiros e estadunidenses, da NASA, entre outras instituições, com fontes secundárias, sendo elas os diversos livros, teses e artigos utilizados direta ou indiretamente, bem como notícias de jornais, em textos e vídeos, do presente e do passado, que foram responsáveis por pincelar a esfera pública alcançada pelos temas no debate de como se dá essa reconstituição da história, em forma e conteúdo. Temos também o uso de mapas atuais, a partir de imagens de satélites para contrapor aos mapas do passado, bem como o uso muito importante do Mapa *“Terras Indígenas do Brasil”* do Instituto Socioambiental⁴, que foi crucial para inúmeras abordagens aqui presentes. Agradeço especialmente ao Armazém Memória, ferramenta que disponibiliza milhões de documentos sobre nossa história, lá encontrei a grande maioria dos documentos que utilizei. O Armazém é também um legado de Marcelo Zelic, meu pai, que o criou do zero como uma ferramenta política para o povo, a serviço da memória popular, então agradeço também a ele por seu trabalho, que, mesmo após sua partida, está abrindo portas para mim. Destaco também a presença de trechos da entrevista que realizei com Carlo Zacchini, um missionário da Consolata, que viveu e lutou junto ao Povo Yanomami; em sua curta agenda por São Paulo, Carlo foi muito gentil em me encontrar, o que resultou em inúmeras reflexões que se estendem para além desse trabalho e que só foram possíveis a partir dessa conversa repleta de histórias reais, que só saem da boca de alguém que de fato viveu os processos históricos.

O intuito de utilizar tantas fontes com características diferentes vem, justamente, da compreensão de que é necessária uma sobreposição para compreender processos históricos sem sermos levados aos velhos clichês e estigmas que os percursos padronizados nos empurram. Nada do que está aqui presente pode ser produzido por uma IA, tendo em vista o caráter crítico necessário para debater esses assuntos com seriedade, bem como um comprometimento ético com algo que é, para mim, de grande valor: o direito a uma construção própria, nos

⁴ Terras Indígenas no Brasil - ISA - <https://terrasindigenas.org.br/mapa>

seios da coletividade, de argumentações genuinamente sensíveis, que me ajudam a constituir uma visão de mundo autônoma e comunitária.

Esse comprometimento está profundamente atrelado aos objetivos e as metodologias deste trabalho, nessa busca de disputar uma narrativa histórica a partir das técnicas geográficas. É uma tentativa horizontal de adentrar num tema denso, que poderia ser estudado ao longo de muitas vidas, mas esse primeiro contato um pouco mais próximo com os documentos e mapas, vem com o intuito de compreender quais geografias estão contra os povos indígenas e quais estão a favor.

Sobre as metodologias também destaco, além do confronto das fontes, a sobreposição de mapas, que também é certamente um confronto de fontes, mas a partir da técnica cartográfica. Outro ponto importante é a percepção constante da categoria território ao longo do trabalho, que o atravessa de cabo a rabo, justamente na compreensão de sua totalidade, da terra, das pessoas, da cultura, e todos os fatores que vão se misturando nessa muvuca (sementes plurais) de onde nasce a vida.

O trabalho é separado da seguinte maneira: começamos com a introdução, que por incrível que pareça, foi uma das partes mais difíceis de se escrever, pois nela, apresento um pouco sobre a construção dos sentidos. Lá realizei um debate interno sobre a diferença entre produzir um trabalho útil ou com sentidos, e a partir desta opção, tão feliz, de buscar sentidos, acabei escrevendo-a de forma muito sensível. Esse processo deu tom para o restante do trabalho, que se tornou mais objetivo ao longo da escrita, entretanto, recheado de sentimentos.

Na introdução também se encontra este presente capítulo, que de forma mais descritiva, tenta resumir um pouco os objetivos, fontes, metodologias e caminhos escolhidos.

Partimos em seguida a primeira parte do trabalho: *Das violências do desenvolvimento forçado*, nela trabalharemos o contexto histórico e geográfico de alguns temas importantes, para introduzir o debate a respeito dos mapas. Essa parte é subdividida em três capítulos; começamos pela disputa no conceito geográfico de vazio demográfico, discutindo o olhar colonizador que permeia tal esvaziamento. Seguimos, a partir deste apagamento histórico, para o segundo capítulo, onde é colocado o debate *das diferentes formas que o Estado vê o “índio”*, isso porque, ao percebermos que o vazio demográfico é uma falácia, devemos nos

ater a quem estava ocupando estes territórios, e as diferentes formas que os protagonistas das violências se relacionam com os povos indígenas a partir de uma visão hierárquica e colonial. Terminamos a primeira parte do trabalho introduzindo o Programa de Integração Nacional da ditadura empresarial-militar, seus anseios por invadir o falso vazio demográfico da Amazônia, e as teorias geográficas presentes neste processo, bem como os discursos ideológicos das propagandas e as instituições e políticas responsáveis. Entre elas, apresentamos, brevemente, o Projeto RADAM.

Este gancho permite adentrarmos na segunda parte do trabalho: *A geografia como instrumento de violências e o Projeto RADAM*. Nela trabalhamos principalmente as técnicas e as consequências. Subdividido em dois capítulos, onde, no primeiro, nos aprofundamos no Projeto RADAM, no Ministério de Minas e Energia (responsável pelo RADAM), nas parcerias suspeitas com agências do Estado norte americano entre outros temas que nos permitem entender quem são os atores sociais por trás do Projeto de mapeamento da Amazônia, e quais seus objetivos. No segundo capítulo trabalhamos os mapas crus e as sobreposições realizadas de forma a confrontar o apagamento com a presença indígena em certos mapas escolhidos; debatemos brevemente também a relação entre os processos de apagamento e algumas violências sofridas por esses povos.

Por fim, na terceira parte do trabalho, intitulada *Da dívida histórica à reparação: por uma geografia anti-etnocida*, traçamos as considerações finais, separadas, também, em dois capítulos. O primeiro é responsável por escancarar algumas histórias de violências, para que possamos nos sensibilizar a respeito de como é preciso subverter estas técnicas aqui trabalhadas, para quebrar o ciclo de violências que persiste até hoje, e resulta em tragédias humanitárias como essas. O segundo capítulo, por sua vez, busca finalizar o trabalho em bom tom, não abaixando a voz para as injustiças, mas também não cedendo ao derrotismo pessimista. Nele trabalhamos um pouco da filosofia embutida neste processo, bem como a necessidade de uma geografia autocrítica, capaz de propor novos mapas para o futuro que virá.

Agradeço o interesse das leitoras e leitores pela temática, desejo uma boa leitura, e nos vemos por aí, nas diversas lutas dos povos indígenas pela defesa dos seus territórios plurais.

Das violências do desenvolvimento forçado - Parte 1, Contexto

1. O “Vazio”

Algumas gerações aprenderam na escola o conceito de vazio demográfico, entenderam com ele a necessidade de ocupar territórios inóspitos, desbravá-los, conquistá-los após uma batalha suada com o desconhecido.

Quer dizer, aprendemos que vazio é o lugar desconhecido e não nossa ignorância que se preenche facilmente com este discurso predatório.

É importante compreendermos que a ideia de vazio só existe quando buscamos algo específico. Nada é vazio por si só. Bem me lembro de Chico e Gil, um copo vazio está cheio de ar, e este ar ocupa um lugar, seja do vinho ou da dor⁵. Quem confronta o vazio não como uma ausência de vida, mas uma prova de sua própria ignorância pode, tantas vezes, aprender algo novo.

Infelizmente, esta não é a história que vamos contar aqui. Aqui, chegaram os europeus que começaram o processo de esvaziamento dos sentidos plurais que a vida pode ter, a partir desta herança continuaram operando as instituições, geração por geração, sempre se utilizando do monopólio da violência.

O conceito de vazio demográfico foi, ao longo da história brasileira, ferramenta de apagamento de inúmeras comunidades, especialmente indígenas, mas não só. A geografia, como ciência de Estado, foi responsável, em certa medida, por produzir, juntamente aos agentes do poder, este discurso colonialista e predatório que por tanto tempo se deu como senso comum.

São Paulo, por exemplo, é um Estado que tentou assiduamente exterminar sua população indígena, mas não conseguiu. Na terra do povo Guarani, vemos com tristeza, tantos monumentos ao genocídio como o Borba Gato, o Monumento às Bandeiras e de outros bandeirantes que “*desbravaram*” este “*vazio*” e ainda estão de pé seja em pedra ou em ferro. Se pensarmos nos símbolos e alucinações do “*descobrimento*”, a lista é longa, e não passaremos por ela hoje.

Felizmente a disputa dentro do campo conceitual geográfico e da narrativa pedagógica avançou neste sentido e vemos estes questionamentos já presentes, por exemplo, na *Coleção Componentes Curriculares em Diálogos Interdisciplinares a Caminho da Autoria* da prefeitura de São Paulo (2016), material precursor do currículo da cidade:

⁵ Gilberto Gil e Chico Buarque - Copo Vazio

O conceito de Vazio Demográfico, que denota uma visão burocrata (na qual se conhece o Brasil num mapa de gabinete) sobre determinada região ou área e define a partir dessa análise uma lógica de ocupação territorial embasada por juízo de valor sobre o espaço. Esse mesmo conceito serviu de maneira ardilosa para os grandes projetos de desenvolvimento da década de 1970 no Brasil, os trâmites da chamada modernização conservadora, que propunha progresso. No âmago, foi uma política de uso do Estado para ampliar a margem de lucro das grandes empresas envolvidas e ampliar a circulação dos capitais (Direitos de Aprendizagem dos Ciclos Interdisciplinar e Autoral - Geografia, Página 47)

Entretanto, como tudo que avança também pode retroceder, vemos nos últimos anos estes materiais mais críticos rapidamente sendo atacados por setores mais conservadores da política e da economia, o que certamente reflete a ascensão que a direita teve nos últimos anos dentro da política institucional, bem como na formação dos discursos de senso comum. Acabamos por ter, nesta disputa ideológica, o financiamento direto do agronegócio para produção de materiais didáticos tendenciosos como no caso dos produtos da *Associação de Olho no Material Escolar*, cujo vice-presidente Christian Lohbauer, fundador do *Partido Novo*, em um encontro de empresas organizado por João Dória, disse, publicamente, que o aluno *“Não pode aprender, todos os dias, em todos os materiais, há 30 anos, que tem trabalho escravo na cana-de-açúcar. Ele não pode aprender que o alimento brasileiro está envenenado com agrotóxicos. Ele não pode aprender que a pecuária é responsável pela destruição da Amazônia, porque não é verdade.”*⁶.

Podemos imaginar, sem muito esforço, como o conceito de vazio demográfico poderá voltar a ser retratado dependendo do jogo de forças nesta disputa. Quantas gerações são condenadas a viver com certezas perenes de um presente derrotado antes da chegada das novas primaveras?

Trago essa reflexão para que pensemos não na catástrofe como razão, mas na vida como processo de construção coletiva e diária. Não é porque avançamos que nunca retrocederemos, tampouco a tristeza que acompanha os avanços do fascismo é sentença de imobilismo. O tempo não se repete, mas certas permanências tanto nos assombram quanto nos instigam a lutar. Por isso, a memória coletiva é tão potente ferramenta para manutenção dos direitos e, também

⁶ Agronegócio financia lobby para patrulhar livros didáticos - <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reporter-brasil/2024/10/30/agronegocio-financia-lobby-para-patrulhar-livros-didaticos.htm>

por isso, é tão importante para os setores conservadores combater o discurso contra-hegemônico.

Todas as informações que nos chegam já foram mastigadas por outras pessoas e sociedades, mas acabamos por lhes dar novos significados de acordo com os contextos que nos cercam. O vazio demográfico cabe muito bem num contexto desenvolvimentista, dá argumentos para o desmatamento, para construção de estradas, extração de minérios, etc. É a “*terra sem homens para homens sem terra*” como bradava o slogan do general Emílio Médici durante a construção da transamazônica em 1970, justificando a violência com seu discurso, justamente porque, nesta forma unilateral de conceber o território, esvazia-se da floresta seu direito ao contraponto, e de dentro da floresta, o direito de seus entes e das populações que lá convivem. Para ser vazio é preciso silenciar um bocado de vozes.

Mas essas vozes continuam lá, mesmo diante de tanta violência, e as que não estão mais lá, batalham pelo retorno e reparação, da justa autonomia que lhes é de direito. Se não fizermos um esforço ativo de escutar as vozes silenciadas por tais processos autoritários, acabaremos, mesmo que inconscientemente, reproduzindo estas violências, especialmente nós das grandes cidades, que de tão atordoados com os ruídos dos automóveis, esquecemos que existem “*tantas tierras en el mundo*”⁷.

Vamos ver mais adiante como estes discursos justificadores se repetem: os contextos e temporalidades se distinguem, mas os preconceitos e as práticas de violência se mantêm. Se por um lado, no campo pedagógico esta disputa está menos silenciada, no campo econômico estamos perdendo feio, e o vazio demográfico, agora com outros nomes, segue invadindo as terras indígenas. O que é o *marco temporal* se não uma tese que se justifica a partir do vazio demográfico das remoções forçadas?

⁷ Tantas Tierras - Manu Chao



(Borba Gato em chamas 24 de julho de 2021. Foto: Portal IG - Esquerda)



(Manifestação indígena contra a PEC 215 em 2 de outubro de 2013. Foto: CIMI - Direita)

2. Das diferentes formas que o Estado vê o “índio”

Falaremos das diferentes formas que o Estado vê o “índio” porque em nenhuma delas se vê o indígena com respeito a sua autonomia e territorialidade. Daí a escolha desta palavra violenta, “índio”.

É claro que se buscarmos um recorte temporal amplo para esta reflexão vamos acabar reduzindo muito os detalhes e as violências existentes nestes processos históricos. Desta forma, optei por tratarmos este capítulo a partir de uma ótica de debate voltada à ética e à filosofia, para podermos, ainda que de forma superficial, entrar na temática das permanências que atravessam o tempo. Por outro lado, acabamos perdendo, a partir desta escolha, uma infinidade de episódios históricos que ainda podem se desdobrar em memória-ação capaz de refletir a repetição de crimes desde a época da invasão até os dias de hoje.

Dito isso, vamos juntos a partir do chavão histórico: em 1492 um navegador Italiano, com financiamento da coroa Espanhola, utilizou de suas técnicas cartográficas para mapear e propor uma nova rota até às Índias. Ele daria a volta ao mundo e evitaria, assim, as guerras na rota do oriente e o terrível Cabo das Tormentas próximo à África do Sul. Seu nome era Cristóvão Colombo. Após meses de navegação chegou a uma terra que acreditava ser as Índias, e assim, ao avistar pessoas as chamou, logicamente(?), de *Índios*. Este exímio explorador só foi

perceber que estava equivocado muito tempo depois, e que aquele lugar com uma fauna e flora nunca antes avistada, bem como uma população desconhecida pelos europeus, não era as Índias. Hoje em dia parece um pouco patético acreditar nesta história.

Independente de como chegaram os invasores, o ponto é que cá estavam, e se antes se encontravam nas terras escassas da Europa, convivendo com frio extremo e a ausência de água potável e alimentos, se depararam, nos trópicos, com outras possibilidades de vida e cultura, com a abundância e o ócio.

Não me sinto capaz de explicar a origem dos impulsos expansionistas das colônias européias, essa necessidade de acumulação me foge a compreensão, talvez venha do monoteísmo, talvez venha da monarquia, não sei, o que sabemos é que ao invadir a América decidiram saqueá-la. (Existem autores como Clastres que veem uma relação destas práticas com a existência do Estado em si, como podemos ver em diversos de seus textos, com argumentações bem construídas que me parecem pertinentes, entretanto, diante das transformações atuais de um mundo ultra globalizado, prefiro ficar sem respostas conclusivas).

Entretanto para as monarquias europeias, os saqueadores eram os bárbaros, e não eles. Assim é preciso, a partir da religião e da técnica, criar um discurso que justifique a invasão. *“Vamos salvar os pecadores. Vamos pacificá-los. Vamos ajudá-los a se desenvolver. Vamos dar a eles oportunidade de ser como nós. Vamos fazê-los trabalhar para pagar por seus pecados ou vamos matá-los para livrar do mal que carregam com eles.”* A culpa (no sentido mais cristão da palavra) é sempre do outro, isso é uma das bases do eurocentrismo.

Começam aí os processos de genocídio, etnocídio e assimilação forçada a partir de estupros e tortura. Mas isso é passado né? *“Com toda certeza, o índio mudou. Está evoluindo. Cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós”*⁸, foi o que disse o ex-presidente Jair Bolsonaro numa live pública em janeiro de 2020.

Cada país da América produziu (e segue produzindo), dentro do processo colonizatório, suas próprias violências, e cada uma delas deve ser olhada, investigada, apurada e reparada particularmente, dentro de suas especificidades. Temos países que exterminaram quase integralmente seus povos, como Uruguai e

⁸ Matéria G1 -

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>

Argentina. Temos países que exterminaram uma parte dos povos e escravizaram outra como o Brasil, a Bolívia e o Paraguai. Todas estas violências se deram a partir da visão hierárquica de poder que o colonialismo carrega nas estruturas que concebem seus Estados, como bem aponta Pierre Clastres:

Nossa cultura, desde as suas origens, pensa o poder político em termos de relações hierarquizadas e autoritárias de comando-obediência. Toda forma, real ou possível, de poder é portanto redutível a essa relação privilegiada que exprime a priori a sua essência. Se a redução não é possível, é que nos encontramos aquém do político: a falta de relação comando-obediência implica ipso facto a falta de poder político. Por isso, existem não só sociedades sem Estado, mas também sociedades sem poder.” (Clastres, 1974, p. 31)

Clastres critica a antropologia política de sua época, que compreendia apenas o que se enquadrava no *stricto sensu* da política *comando-obediência*, estava tentando abrir os horizontes para uma antropologia política que não fosse eurocentrada. E é a partir dessa visão hierarquizada do indígena como um sujeito sem poder que se cria a ilusão do domínio com base na técnica, ou seja, a ideia de que os europeus, por serem mais avançados, foram capazes de subjugar os “índios”, que viviam de forma “atrasada”.

Estes discursos civilizatórios, de uma linearidade histórica evolucionista que ditaria o percurso que as sociedades deveriam adotar até o desenvolvimento, constituem uma arma conceitual do etnocídio. Nesta prática expansionista, o ocidente concebeu um projeto de mundo, e se fundou em pilares para justificá-lo. Dentre estes pilares temos os seguintes:

Dois axiomas, com efeito, parecem guiar a marcha da civilização ocidental, desde a sua aurora: o primeiro estabelece que a verdadeira sociedade se desenvolve sob a sombra protetora do Estado; o segundo enuncia um imperativo categórico: é necessário trabalhar (Clastres, 1974, p. 169)

Devemos interpretar estes axiomas dentro de seu caráter ideológico no instante em que a marcha civilizatória constitui pilares mentirosos para justificar a manutenção do poder. Primeiro o Estado, que deveria proteger mas na prática garante a reprodução do sistema capitalista e raramente defende atua fomentando o bem comum. Seus mecanismos impedem até mesmo o exercício de governos social-democratas do campo progressista, no combate à miséria. Em segundo lugar,

a necessidade de trabalhar, do latim *tripaliare*, palavra criada para descrever o ato de torturar escravizados e presos. No âmbito individual, o pai da meritocracia e do fracasso, no âmbito coletivo, que nos interessa mais aqui, o que justificaria, na lógica colonialista, a dominação a partir da técnica, bem como a ciência e os conhecimentos que garantiram a acumulação de riquezas, a manutenção do poder, e a disseminação da violência exploratória e extrativista. Por conta disso, seguimos pagando os pecados de Adão e Eva que, ao comerem o fruto proibido, foram condenados ao trabalho árduo para se sustentarem. Hoje, em pleno 2025, um sujeito que sequer viu a cor do fruto é obrigado a trabalhar na escala 6x1 enquanto assistimos bilionários cometendo crimes impunemente; desigualdade essa, criada a partir do acúmulo proveniente do trabalho alheio, ao longo da história, que garante poder sobre outras pessoas, povos e Estados.

Os povos indígenas, se provaram, na prática, contra o Estado por decisão própria, baseando-se em suas formas de conceber o poder e organizar a divisão social das tarefas (e não do trabalho), em oposição a estes axiomas exploratórios. Dois trechos de Clastres trazem bem o choque cultural destes axiomas ao se depararem com os diferentes modos de vida indígenas presentes na América:

Isso chocou claramente os primeiros observadores europeus dos índios do Brasil. Grande era a sua reprovação ao constatarem que latagões cheios de saúde preferiam se empetecar, como mulheres, de pinturas e plumas em vez de regarem com suor as suas áreas cultivadas” (Clastres, 1974. p.169)

Vale do contexto geográfico também, onde os trópicos regam as plantas na confiança entre a natureza e sua existência, não é preciso trabalhar para que as plantas cresçam, especialmente porque o objetivo não é acumular, mas sim viver. A natureza é a garantia da existência e não o acúmulo.

As sociedades primitivas são, como escreve Lizot a propósito dos Yanomami, sociedades de recusa do trabalho: “O desprezo dos Yanomami pelo trabalho e o seu desinteresse por um progresso tecnológico autônomo é certo”. Primeiras sociedades do lazer, primeiras sociedades da abundância (Clastres, 1974, p.172)

Para onde foi o ócio e a abundância dos Yanomami? O que vimos em 2023⁹ foi um dos maiores escândalos humanitários do Brasil nos últimos anos. Crianças, adultos e idosos em situação de miséria profunda, fome severa, malária e envenenamento. Não é difícil entender que o garimpo e suas técnicas tão desenvolvidas, com dragas de turbinas tão potentes que sugaram até crianças¹⁰, é o que tem tirado dos Yanomami a abundância natural de viver no território deles.

Inacabamento, incompletude, falta: não é absolutamente desse lado que se revela a natureza das sociedades primitivas. Ela impõe-se bem mais como positividade, como domínio do meio ambiente natural e do projeto social, como vontade livre de não deixar escapar para fora de seu ser nada que possa alterá-lo, corrompê-lo e dissolvê-lo. É isso que nos devemos prender com firmeza: as sociedades primitivas não são os embriões retardatários das sociedades ulteriores, dos corpos sociais de decolagem “normal” interrompida por alguma estranha doença; elas não se encontram no ponto de partida de uma lógica histórica que conduz diretamente ao termo inscrito de antemão, mas conhecido apenas a posteriori, o nosso próprio sistema social. (Se a história é essa lógica, como podem ainda existir sociedades primitivas?). Tudo isso se traduz, no plano da vida econômica, pela recusa das sociedades primitivas em se deixarem tragar pelo trabalho e pela produção, através da decisão de limitar os estoques às necessidades sociopolíticas, da impossibilidade intrínseca da concorrência - de que serviria, numa sociedade primitiva, ser um rico entre pobres? - em suma, pela proibição, não formulada ainda que dita, da desigualdade (Clastres, 1974, p.174).

Pontuo os preconceitos da época para que não passem batidos, como o uso constante do termo primitivo bem como a ideia de se empetecar “*como mulheres*”, felizmente estas formas de escrita são vistas negativamente hoje em dia.

Dito isso, podemos parar e conversar um pouco com o que o Clastres traz para nós, ou melhor, o que ele descreve do que os indígenas lhe mostraram.

Estes diferentes modos de vida nunca foram compreendidos dentro do discurso colonial, e isso não se trata de uma incapacidade conceitual, mas de um mecanismo de dominação. Ver estas sociedades, que se baseiam em outras éticas e elaborações tão distintas sobre a vida e a organização social, permite que tiremos da normalidade nossas próprias contradições. Foi constituída dentro de nosso imaginário a teoria da incompletude, que se desenvolveu como um fantasma na forma como levamos a vida hoje, tanto na esfera dos indivíduos quanto de nações e

⁹ Indígenas Yanomami sofrem com desnutrição grave e malária na maior reserva do Brasil - <https://g1.globo.com/rr/rroraima/noticia/2023/01/24/fotos-indigenas-yanomami-sofrem-com-desnutricao-grave-e-malaria-na-maior-reserva-do-brasil.ghtml>

¹⁰ Crianças yanomami foram 'sugadas e cuspidas' por draga de garimpeiros, dizem indígenas - <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/criancas-ianomamis-foram-sugadas-e-cuspidas-por-draga-de-garimpeiros-dizem-indigenas.shtml>

Estados. Essa necessidade de crescimento externo, sempre alheio a nós, é fruto da crise sistêmica do processo de acumulação capitalista, que concebe um *modus operandi* de como devemos seguir nossas vidas, especialmente quando pensamos as existências periféricas. Nunca iremos nos enquadrar nos modelos de quem “devemos” ser, e quanto mais distantes deste percurso, a mais preconceitos e violências ficam sujeitos os corpos e comunidades. “Quem não quer trabalhar está doente, quem não vê sentido no cotidiano das grandes cidades é porque não soube se adaptar, algo está errado com o sujeito, e não com seu entorno”, este é o discurso, e é evidente como este discurso cai de forma extremamente pesada sobre os povos indígenas.

Neste processo civilizatório vemos então a domesticação no sentido mais perverso da palavra, da natureza e dos corpos, a prática de construção e aperfeiçoamento técnico foge do contexto em que habita, e passa a construir o próprio contexto, como uma cobra a comer o próprio rabo, e com o tempo começa a satisfazer não mais os desejos do povo, mas sim suas próprias alucinações. Quantas vezes já realizamos trabalhos sem ver neles uma pitada sequer de sentido.

A geografia pode nos ajudar a entender este debate, no instante que busca contextualizar a territorialidade dessas questões, isso quando feita de forma crítica. No passado, pelo contrário, como paradigma dominante, ajudou a violentar os povos. Temos como exemplo exemplo Humboldt, para muitos, um dos pais da geografia:

Foi a partir dessa época que o princípio da incompletude penetrou o discurso da ciência para os povos amazônicos, com a publicação de obras de Alexander Von Humboldt e de Carl von Martius, cuja influência, em hora silenciosa, é ainda forte.” (...) Normalmente, os textos produzidos com base no princípio da incompletude vêm recheados com argumentos de ausência, de escassez, de falta.” (...) “É, assim, notável como, desde o século XVI, o uso de preposição “sem” tem sido utilizado com frequência para designar os povos e a natureza aqui encontrados pelos europeus, como na clássica formulação de Pero de Magalhães Gândavo sobre os Tupinambá: povos “sem fé, sem lei, sem rei”. (Neves, 2020, p.182)

Voltamos a uma geografia crítica e plural, que nos interessa. Quando trabalhamos os contextos dentro da relação ser humano-natureza, quando abraçamos a ideia de que nada existe como campo metafísico mas sim como partes de um sistema integrado, jogamos a teoria da incompletude na lata de lixo, porque optamos, ativamente, por crer na potência e sabedoria dos povos para o que diz respeito a suas próprias autonomias de desenvolvimento e organização social. E

assim, não vemos a ausência das técnicas, porque deixamos de buscar no outro o que explica a nós mesmos, para ver o que o outro pode nos mostrar de si. E a partir daí temos formulações muito mais interessantes, como as seguintes:

Não existe portanto hierarquia no campo da técnica, nem tecnologia superior ou inferior; só se pode medir um equipamento tecnológico pela sua capacidade de satisfazer, num determinado meio, as necessidades da sociedade (Clastres, 1974, p.168)

Atualmente sabemos que a Amazônia é habitada há pelo menos 12 mil anos, há tanto tempo quanto em outras partes das Américas, por diferentes povos, com distintas formas de organização social e política, desde bandos nômades de caçadores-coletores até sociedades sedentárias hierarquizadas que produziram objetos de pedra e cerâmica extremamente refinados, hoje guardados em museus nas Américas e na Europa.” (Neves, 2022, p.184)

Tanto Clastres quanto Neves compartilham essa percepção contextual e não hierarquizada do conhecimento, inclusive a crítica, mesmo que sutil, de Neves, ao exotismo que nossa sociedade cria a respeito dos povos indígenas, de forma a guardar em museus objetos roubados que possuíam, dentro de seus contextos, usos práticos e sentidos cosmogônicos.

Neves trabalhou em sua pesquisa a arqueologia amazônica, e utilizou de referências como objetos e o próprio solo para nos apresentar uma ideia oposta a da incompletude. Jogando o bastão da ignorância para nós, que não soubemos contar esta história:

“(..)os povos antigos da Amazônia que fizeram artefatos de pedra lascada e depois pararam de produzi-los, inventaram a cerâmica e depois deixaram de fabricá-la, criaram solos férteis, como a terra preta, mas não tiravam deles todo seu sustento, domesticaram plantas, mas em muitos casos não quiseram ser agricultores, vislumbraram a possibilidade do Estado, mas dela fugiram sempre que puderam. Na Amazônia central, ao longo dos séculos, a arqueologia mostra uma longa história de alternância entre formas de vida bastante distintas, mas nunca, necessariamente, em direção ao Estado, mesmo nos contextos de densidade demográfica maior. Neste ponto, gostaria de voltar ao princípio da incompletude. Tal ideia está baseada em premissas de escassez, de que algo essencial está sempre faltando, mas talvez incompleta seja nossa capacidade de entender a Amazônia, sua história e sua natureza em seus próprios termos. Clastres e Sahlins já mostraram há décadas que o Estado ou a adoção da agricultura, quando pensados a partir da perspectiva do indivíduo, são um péssimo negócio. Talvez esteja na hora de virar o quadro de cabeça para baixo e trabalhar com a premissa de que a abundância, e não a escassez, é o ponto de partida para uma reflexão sobre a história antiga da Amazônia. Nesse quadro, não faz mesmo o menor sentido pensar em acumulação,

obrigação ou compulsoriedade, principalmente a longo prazo.” (Neves, 2022, p.189)

É exatamente como canta Caetano: *“Mais avançado que a mais avançada das mais avançadas das tecnologias, (...) mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto quando terá sido o óbvio”*¹¹. E pensar como o óbvio se tornou invisível, e a escassez se tornou a regra num lugar que há milhares de anos era sinônimo de abundância.

A partir destes debates voltamos ao preconceito social instituído na palavra *“Índio”*, que carrega consigo não a ignorância de Cristóvão Colombo, mas estigmas de uma sociedade doente que impõe a todas as outras sociedades uma visão de mundo monolinear, a história dos vencedores é vista como a única história (como bem apontava Marx). Mas a verdade é que há milhares de anos os povos indígenas têm feito suas próprias histórias dentro da compreensão de que o tempo não é uma linearidade evolutiva *ad eternum*, pois esta percepção, introjetada pelo eurocentrismo, mata o direito à história plural do povos, tratando-os (conceitualmente e materialmente) como povos *sem história*, enquanto na prática são *contra a história* hegemônica desse Estado constituído dentro das métricas coloniais.

Nestas escalas cronológicas da história, temos mediadores que atravessam o tempo, pilares de defesa dos povos, frequentemente violentados nos processos de etnocídio. Mediadores como pessoas, anciãs, mas também símbolos, objetos, histórias orais, tradições, ritos, festas entre tantas outras práticas e existências que constituem e territorializam a cultura e são responsáveis por manter vivas as histórias plurais diante dos processos de epistemicídio.

Dessa forma, podemos entender um pouco como a história não é autocentrada como o discurso hegemônico propõe que seja. Não existe a história pela história, absoluta e universal. Chimamanda nos aponta em *O perigo de uma história única*¹², como o discurso generalizante é uma prática de poder e violência, portanto é preciso adotar uma compreensão decolonial da história. Assim, é preciso lutar por uma história coletiva, com a finalidade de defender os direitos à pluralidade e à autonomia necessária para que os povos periféricos possam realizar seus próprios processos de abstração e seleção do que deve ser lembrado, dentro do

¹¹ Um Índio - Caetano Veloso

¹² Disponível em - <https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc>

que há de mais íntimo nos afetos individuais e coletivos. Garantir isso seria a responsabilidade de um Estado que não fosse contra as sociedades.

Terminamos este tópico com uma constatação que voltaremos mais a frente: se a lógica do Estado foi (e ainda é) compreender os diferentes povos como subdesenvolvidos, baseando-se no princípio da incompletude e na marcha do progresso civilizatório, que políticas públicas foram adotadas, ao longo da história, para lidar com os “índios”? São duas respostas: genocídio e assimilação. É isso que veremos daqui pra frente.



Manifestação do Acampamento Terra Livre 10 de abril de 2025. Foto: EBC

3. RADAM - A Integração Nacional e a importação do radar

JORNAL DO COMERCIO 31/3/71 PAG. 5

Nasce um menino na estrada da esperança



O menino Transamazônico, o primeiro brasileiro que nasceu à margem na grande rodovia, tem quatro meses. É o menino da terra da esperança. (Foto Meridional).

BELEM (M-JC) — Transamazônico nunca foi nome de gente. E quem não sabe disto? No entanto há de ser assim que ficará conhecido para toda a vida o menino Juarez Furtado de Araújo Transamazônico. O primeiro brasileiro nascido às margens da Rodovia Transamazônica. É filho do Sr. Joaquim Félix de Araújo e D. Maria da Glória Furtado. Tem mais doze irmãos. Completou esta semana quatro meses de idade, e ganhou visitas ilustres, inclusive de dois Ministros dos Transportes, um do Brasil, Coronel Mário Andreazza, e o da Alemanha, Sr. Georg Leder.

Transamazônico nasceu numa das primeiras casas da rodovia. Uma casa de madeira, mas forte e confortável, toda pintada de branco, com varanda, e alta do chão para evitar qualquer ataque de animais e também para dispor de um porão com jeito de depósito, garagem, estábulo e o mais que for necessário. Na frente tem um jardimzinho, e do lado e para os fundos uma boa área de terras, que se destaca na paisagem da selva. Já cresceu, muito bonita, uma boa plantação de milho, mandioca, cana, muitos mamoeiros, bananeiras e uma horta. Há cercados de galinhas, alguns cavalos e tudo o mais de um bom sítio.

Os pais de Transamazônico moravam em São Tomé, no sertão do Rio Gran-

de do Norte. Cansados de tanto sofrimento causado pela seca decidiram largar tudo. Arrumaram os doze filhos, os "trens" e saíram no rumo do Rio de Janeiro. Uma filha casada vivia chamando-os. Foi quando o chefe da casa, Sr. Joaquim Félix ouviu falar na Transamazônica. Consultou a mulher.

— Nem pensamos duas vezes... Vimos para cá! — disse o Sr. Joaquim Félix sorridente.

Pai, mãe e filhos vivem tranquilamente. Adoram a região. Acompanham com entusiasmo a passagem dos caminhões, das pesadas máquinas rodoviárias, dos aviões, dos trabalhadores, das autoridades. De tudo enfim.

E a decisão foi espontânea: o menino vai ter que se chamar Transamazônico...

E a senhora gosta daqui? — perguntamos a D. Maria da Glória.

— Gosto sim. Só não gosto ainda dos piuns, uns mosquitos e uns carapanãs, muitos ferozes. Nem respeitam o filó dos cortina-dos. Mordem mesmo.

— A garotada gosta? — perguntamos ainda o Sr. Joaquim Félix.

— Claro. Mas ainda não têm escolas. Nós confiamos, porém, nas autoridades, que não vão deixar as crianças sem estudar porque querem um Brasil grande.

"Juarez Furtado de Araújo Transamazônico. O primeiro brasileiro nascido às margens da Rodovia Transamazônica"

- *"A garotada gosta (de morar aqui)? - Perguntamos ainda o Sr. Joaquim Félix (pai de Transamazônico)."*
- *"Claro. Mas ainda não têm escolas. Nós confiamos, porém, nas autoridades, que não vão deixar as crianças sem estudar porque querem um Brasil grande."*

“Juarez, escuta aqui, o seu padrinho de batismo morreu”, anunciou Maria da Glória ao filho em 9 de outubro de 1985. Ela estava sentada na sala da casa, em São Tomé, quando ouviu a notícia em um radinho de pilha. O locutor comunicava a morte do ditador Emilio Garrastazu Médici, aos 79 anos, vítima de insuficiência renal aguda e respiratória, devido a um acidente vascular cerebral (AVC). Ele morria exatamente no mesmo dia em que, quinze anos antes, derrubava uma Castanheira para comemorar o início das obras da Transamazônica. Juarez lembra que ficou confuso com a notícia. ‘Fiquei um pouco triste. Eu gostava de ver ele na televisão, dava um orgulho. Mas eu também não gostei muito da forma como fizeram as coisas com minha família. Se afastaram depois que conseguiram o que queriam. E eu nunca conheci meu padrinho pessoalmente’, diz Juarez.” (Jornal Sumaúma¹³)

Um bebê, apadrinhado por um ditador, que nunca retornou a vê-lo após este primeiro e único encontro em 1970. Transamazônico, se tornou alvo dos holofotes, um símbolo de que a integração nacional estava acontecendo. O primeiro bebê a nascer no futuro, num Brasil integrado.

Vi um bocado de documentos de época, contando sobre a batalha, glorificando as escavadeiras e os tratores. Era normal esse discurso, era bonito, motivo de orgulho de nossa nação. A visita de Médici a este vilarejo, bem como tantos outros eventos midiáticos, eram materiais para construção de propagandas altamente ideológicas em prol do Regime Militar. O caráter nacionalista e sempre otimista criou, no imaginário da população, uma aceitação das violências que se mascaravam nesse processo.

O que ocorria na Amazônia e o que se veiculava no restante do país e do mundo eram notícias totalmente opostas. De um lado os retratos da violência nas entranhas da mata, do outro, promessas vazias puramente ideológicas em capas de jornais. A construção dos mitos do milagre econômico foram, além de importante pilar para manutenção do governo no âmbito ideológico, ferramenta para incentivar a migração de inúmeras pessoas, especialmente do nordeste, para trabalhar na devastação. As falsas promessas de uma “*reforma agrária*”, na prática se concretizavam como esbulho de terras, indígenas e quilombolas, e a destruição da floresta.

A década de 70 foi repleta de “*milagres*”. Vencemos a copa e o “*inferno verde*”, o governo militar, com suporte técnico do governo estadunidense se desenvolveu rumo ao progresso, e chegamos lá, comemorando, ao som dos jingles

¹³Juarez Transamazônico, o ‘bebê do futuro’, busca seu passado - <https://sumauma.com/juarez-transamazonico-o-bebe-do-futuro-busca-seu-passado/>

patrióticos, o que hoje facilmente vemos como violência aos povos e a natureza. É triste como algumas consciências coletivas chegam, muitas vezes, após as catástrofes.



(Acima na imagem. A Esquerda: Anúncio da Andrade Gutierrez na revista "Manchete" noticiava a construção da Transamazônica: "Para unir os brasileiros nós rasgamos o inferno verde". Reprodução/Acervo Ricardo Cardim. A Direita: A ditadura militar se propunha a acabar com o "Inferno Verde", imagem que dava título ao livro de contos do engenheiro Alberto Rangel, com prefácio de Euclides da Cunha. Reprodução/Acervo Ricardo Cardim. Abaixo na imagem: Edição especial da revista Manchete lançada em outubro de 1970 com 12 páginas coloridas dedicadas à "conquista" da floresta viabilizada pela abertura da rodovia Transamazônica. Reprodução/Acervo Ricardo Cardim. Fonte: Quatro Cinco Um: A ofensiva da ditadura militar contra a Amazônia <https://quatrocincoum.com.br/galeria/a-ofensiva-da-ditadura-militar-contra-a-amazonia/>)

Este projeto de integração nacional não poderia ocorrer sem uma proposição teórica e prática. Desta forma vamos entrar um pouco na argumentação do General Golbery do Couto e Silva, e em algumas das instituições e órgãos responsáveis pela prática deste plano.

Golbery foi um militar, tido por muitos como a mente por trás do planejamento nacional da ditadura. Até hoje é visto como um grande teórico da geopolítica brasileira. Nascido em 1911, trilhou carreira militar e esteve associado a inúmeros acontecimentos na história de nosso país, desde oposições públicas ao Governo Vargas, passando por uma tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, até fazer parte do governo de Jânio Quadros, e em seguida chefiar o *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)*, instituição responsável por disseminar a ideia de que João Goulart seria um infiltrado comunista e até mesmo orquestrar, ativamente, ideias concretizadas de golpe de Estado. Após a tomada de poder em 64, ocupou o cargo de *Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI)*, ou seja, estava no comando da inteligência brasileira, ficou até 67 no exercício desta função. De sua saída até 1969 o cargo foi preenchido por Médici, que um ano depois, como vimos, estaria visitando, já no cargo de "presidente", o bebe Transamazônico. Golbery saiu do SNI para o *Tribunal de Contas da União (TCU)* onde ficou de 67 a 74, nos governos Costa e Silva e Médici, com a mudança para o governo Geisel, bem como em parte do governo Figueiredo, ou seja, de 74 a 81, ocupou o cargo de *Chefe da Casa Civil*, um dos mais altos cargos políticos do país, onde, num movimento de reformismo histórico, tentou constituir a imagem de ser uma pessoa menos extremista, a favor da abertura do regime militar e do fim do bipartidarismo. Este retrato, endossado por Elio Gaspari, definitivamente não condiz com as violências e traumas que o povo brasileiro sofreu como consequência das políticas

de Golbery, que era, na prática, uns dos mandantes do regime militar, escondido nas sombras. Fico imaginando quantas histórias que este homem conheceu morreram no silêncio, junto a ele, em 1987.

Além desta prática direta, Golbery foi responsável por escrever livros e disseminar, dentro do exército e do regime militar, inúmeras teorias e planejamentos geopolíticos. Dentre suas proposições, a necessidade de ocupação do território brasileiro em sua totalidade, especialmente da região menos povoada, daquele “*vazio demográfico*” que já conversamos antes, a Amazônia. Seus estudos foram centrais para o planejamento da integração nacional do governo militar.

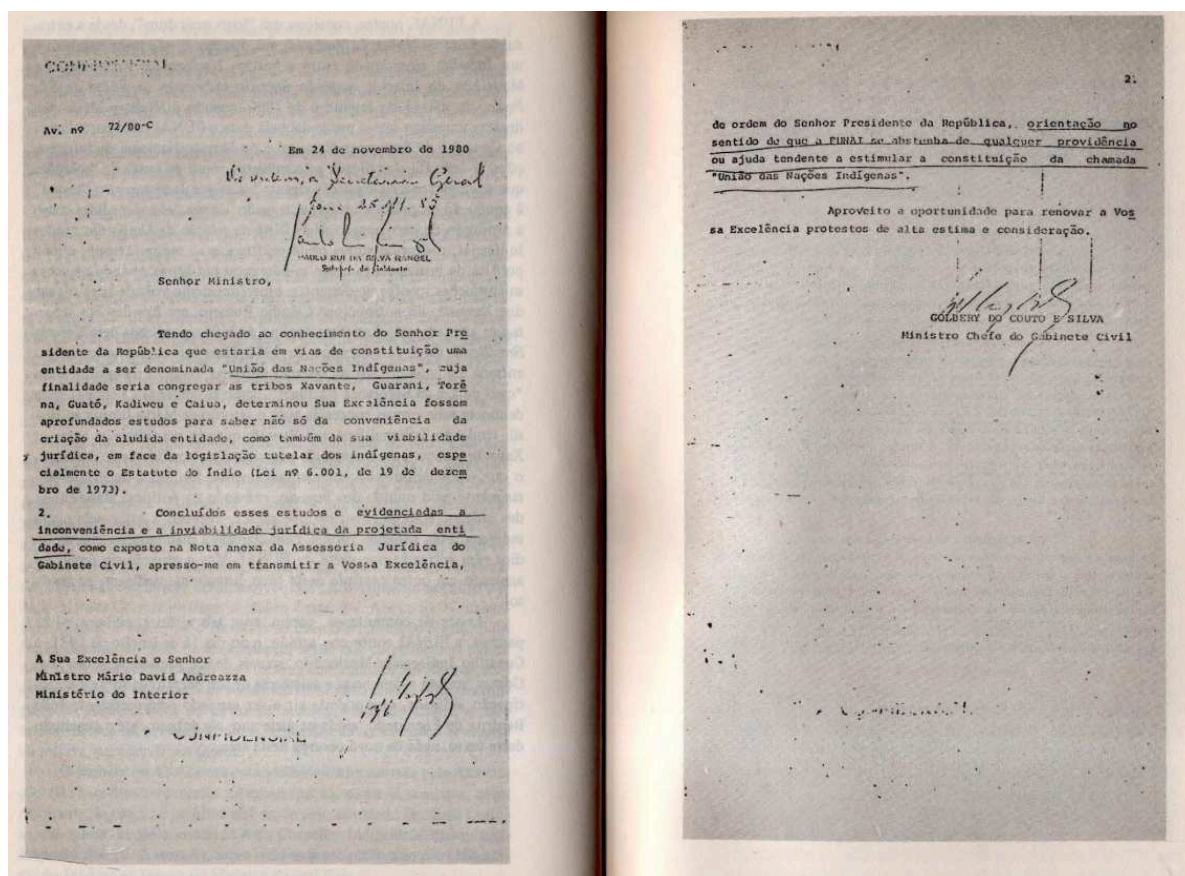
Em seu livro “*Geopolítica do Brasil*” - cuja primeira edição é de 1967, pela editora José Olympio - das 275 páginas, temos mais de 30 que fazem ao menos alguma menção à região amazônica. É um dos pontos centrais de sua tese. Ao basear-se em princípios constituídos em sua teoria anticomunista onde os pilares centrais da geopolítica nacional são “*a integração do território, de um lado, e do outro lado, à sua segurança*” (p.62), Golbery faz um planejamento de três fases para o desenvolvimento brasileiro, dentre elas, a necessidade de “*inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindos de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E.O. segundo o eixo do grande rio*” (p.95). Vale aqui destacarmos que Hiléia Amazônica é um termo cunhado por Humboldt para falar da floresta (evidenciando novamente a presença deste geógrafo, associado, como vimos antes, ao princípio da incompletude, não por acaso, uma referência teórica para Golbery), mais que isso, este plano de progressão Leste-Oeste, segundo o eixo do grande rio, foi exatamente como se concretizou o planejamento da transamazônica, alguns quilômetros a sul do rio Amazonas, seguindo seu modelado.

Para justificar este processo, Golbery articula a integração nacional a partir dos seguintes pontos espacializados nos mapas a seguir: “*Permeabilidade natural do território brasileiro*”, “*Densidade Populacional*” e “*O território e a circulação*”:

“(...)depois de nos haveremos debruçado sobre a Hiléia amazônica, poderemos pensar em conquistar a grande ilha brasileira de noroeste por uma manobra concêntrica que combine o avanço do sul para o norte, ao longo dos afluentes da margem direita do grande rio, com a penetração pela embocadura do Amazonas e sucessivamente a montante de seus tributários de uma e outra margem - seguindo os mesmo rumos que, em épocas já distantes, com meios muito mais rudimentares e propósitos bem diversos, bandeirantes e missionários esboçaram em seu admirável desbravamento daquele deserto verde.” (Golbery de Couto e Silva. Geopolítica do Brasil, 1967, p. 47)

Toda essa ideia mitológica constituída na teoria de Golbery é um projeto de país e de colonização, profundamente atrelado a práticas violentas contra os povos. Esta admiração aos bandeirantes e missionários é um escárnio à vida dos povos indígenas e ao direito ao poder e autodeterminação diante da luta constituída por eles.

Em 1967, quando lançava a primeira edição deste livro, Golbery concebia os indígenas como sujeitos e sociedades providas de poder, não há sequer uma citação a existências destes povos. Já em 1980, teve de reconhecer esta potência, justamente para poder sabotá-la, diante de um movimento de caráter nacional chamado União das Nações Indígenas (UNI), o qual não irei adentrar aqui, por ser um tema digno de uma pesquisa inteira, mas esta junção de lideranças indígenas foi capaz de mobilizar temor até mesmo no “*presidente*” da época, a ponto de Golbery encaminhar, a mando de João Figueiredo, um documento confidencial compartilhando com o Ministro do Interior a necessidade de impedir que a organização se desenvolva-se. Este é apenas um entre os tantos outros *crimes de tutela* orquestrados pelo governo militar.



<https://app.docvirt.com/AcervBibl/pageid/62454>

(JURUNA, HOHLFELDT E HOFFMANN, O gravador do Juruna, 1982, p. 208)

Documento CONFIDENCIAL Av. nº 72/80-C

“Em 24 de novembro de 1980

Senhor Ministro (do interior, Mário David Andreazza),

Tendo chegado ao conhecido do Senhor Presidente da República (João Figueiredo) que estaria em vias de constituição uma entidade a ser denominada ‘União das Nações Indígenas’, cuja finalidade seria congregar as tribos Xavante, Guarani, Terena, Guató, Kadiwéu e Caiua, determinou Sua Excelência fossem aprofundados estudos para saber não só da conveniência da criação da aludida entidade, como também da sua viabilidade jurídica, em face da legislação tutelar dos indígenas, especialmente o Estatuto do Índio (Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973).

Concluídos esses estudos e evidenciados a inconveniência e inviabilidade jurídica da projetada entidade, como exposta na Nota anexa da Assessoria Jurídica do Gabinete Civil, apresso-me em transmitir a Vossa Excelência, de ordem do Senhor Presidente da República, orientação no sentido de que a FUNAI se abstenha de qualquer providência ou ajuda tendente a estimular a constituição da chamada ‘União das Nações Indígenas’.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração.

(Assinado) Golbery do Couto e Silva

Ministro Chefe do Gabinete da Casa Civil.”

A partir destas ideias engendradas na política militar, Médici, que tanto conhecia Golbery, cria o Programa de Integração Nacional (PIN), cujo principal projeto é a construção da Transamazônica. Para isso, o Estado brasileiro passa a injetar uma quantidade massiva de dinheiro neste processo colonizatório, bem como angariar fundos com empresas principalmente internacionais a partir do loteamento das futuras terras amazônicas, dos minerais, das riquezas naturais em forma de mercadoria.

Gostaria de destacar a necessidade de instituições para pôr em prática as ideias que estamos articulando aqui. A história de Golbery foi muito didática ao apresentar tanto a importância do SNI quanto dos ministérios, mas quando investigamos como o PIN chegou nos povos indígenas é necessário lembrar também do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que veio a se tornar a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 67 (e mudou de nome para Fundação Nacional dos Povos Indígenas, em 2023, quando teve sua primeira presidenta indígena na figura da Joenia Wapichana, mais que tardiamente, 56 anos após sua fundação).

Cada uma destas instituições interferiu diretamente no projeto de expansão capitalista adentro da floresta amazônica. O INCRA, por exemplo, foi responsável por criar os vilarejos de povoamento como o lugar em que nasceu Transamazônico, a FUNAI por “*pacificar*” os indígenas que estavam no meio do caminho, e a SUDAM bem como os ministérios, a dar aporte técnico e de planejamento para execução prática, além do direcionamento das verbas. Chegamos aqui, no Ministério de Minas e Energia, presidido na época por Antônio Dias Leite Junior, o sujeito que concebeu e pôs em prática o Projeto Radar da Amazônia, ou como é mais conhecido, o Projeto RADAM.

Tem algo que o “*vazio demográfico*” nos mostra, como já vimos, que é a própria ignorância de quem o concebe. Nem um teórico como Golbery saberia dizer o que possui este lugar, falou tanto de integrar mas integrar o quê? Para ele a necessidade vinha da defesa nacional, mas este discurso não bastava para justificar o investimento. Onde estão os mapas desta floresta? O que possuem estas terras? Qual o propósito de se integrar algo *inútil*?

A técnica e o interesse internacional entram para responder essas perguntas. O radar foi uma tecnologia não muito importante durante seus primeiros anos de

vida, mas como quase todas as técnicas científicas de um mundo violentamente autoritário, se desenvolveu a partir das demandas da guerra, e desde a Segunda Guerra Mundial seguiu sendo aprimorado. Nesta época, ao fim da década de 60, a NASA havia desenvolvido o *"Radar de Visada Lateral. Ele permitiu fazer o levantamento da Amazônia, independente da cobertura de nuvens, porque a aerofotografia da Amazônia nunca se chegava ao fim por causa da cobertura de nuvens e da permanência que impedia de completar qualquer imagem contínua. E o radar ignorava as nuvens."* Como elucida o próprio ministro Antônio Dias em entrevista ao Museu da Pessoa¹⁴ (LEITE JUNIOR, Antônio Dias. Uma história sem pesares. [Entrevista concedida a] Fabrício Teixeira e José Carlos Vilardaga. Museu da Pessoa, Rio de Janeiro, 12 jun. 2000.)

Separei alguns trechos que acho importante destacar desta entrevista, para que possamos ouvir dos próprios atores sociais o que se tratava este projeto:

"Esse levantamento completo da Amazônia inteira foi feito em três anos com o Radam. Foi um projeto assim heróico, e inclusive morreram algumas pessoas. Tinha que haver o apoio no chão, além do voo do avião que era um Caravelle equipado com tudo que era necessário para fazer esse projeto. Mas era indispensável a amostragem e a verificação no chão do que se detectava para poder amarrar a realidade física visível, palpável à imagem. E aí eram aterrissagens em clareiras de florestas, o que causava vários acidentes aéreos. Nesse projeto faleceram vários técnicos, auxiliares... Foi realmente um negócio quase que heróico, e o custo foi muito alto, coisa da ordem de 100 milhões de dólares em quase cinco anos."

De onde veio todo este dinheiro? Certamente um investimento desta magnitude não era feito às cegas.

"Eu deixei de mencionar o levantamento da plataforma continental. Foram feitos levantamentos no que se chama plataforma. Esse levantamento da plataforma foi feito numa operação conjunta. Foi essa uma das dificuldades no Ministério, que era fazer o entendimento entre os órgãos que dele participavam. Então, a operação conjunta que envolveu a Petrobras, a Companhia Pesquisa de Recursos Minerais, o Departamento da Produção Mineral, o Conselho Nacional de Pesquisas e a Marinha...Tudo isso foi posto dentro de um navio, todo mundo junto. E foi até um episódio interessante, porque o comandante tinha que ia comandar a operação tinha que ser um homem do mar. Então, foi num desses debates ridículos que

¹⁴ Uma história sem pesares - <https://museudapessoa.org/historia-de-vida/uma-hist-ria-sem-pesares/>

houve. E veio também a colaboração de uma grande instituição americana, que é a (Mutshold Oceanographic Institute?), com aparelhagem de sondagem também geofísica modernos. Esse navio percorreu, fez toda a plataforma que se julgava mais interessante, não só para fins da parte de minérios de profundidade, petróleo e outras coisas, como para minérios de fundo do mar, com possibilidades de manganês e outras coisas do mar. Esse trabalho durou mais ou menos uns três anos.”

Pois bem, esta colaboração de uma grande instituição americana pode explicar muito, retornando a nossa pergunta anterior, de onde veio todo este dinheiro? Por que veio?

“O projeto Radam foi um pouco ousado, porque estava pronto um projeto para fazer um grau por um grau, quer dizer, um grau de latitude e um grau de longitude. Tudo preparado, e nós expandimos para 3.000 quilômetros quadrados de uma pancada. Teve um planejamento que foi feito com um pouco de pressa e que haviam riscos. Sob o ponto de vista técnico, o sucesso foi completo, quer dizer, as imagens estão todas disponíveis.(...) A ideia era de tornar disponível para as pessoas para quem quisesse se aventurar. E houve bastante utilização dos serviços. Foram várias iniciativas que ocorreram, do campo mineral até a Constituição de 88. O mal que foi feito na mineração com a Constituição de 88 pode ser verificado da seguinte forma: várias minas têm uma vida definida, de modo que a melhor exploração dela é em 12 anos. Você não vai arrastar nem acelerar, porque é a melhor economicamente. E uma outra é para oito anos, outra para 25, outra, como Carajás, é para 200 anos. Então, uma mineradora de um certo tipo de minério procura outras para substituir quando está prevista que vai ser interrompida, como houve a interrupção da pesquisa. A mineração brasileira está diminuindo, a mineração de ouro que já chegou a bem mais de cem toneladas está em 60, 50 toneladas, e vai cair para 30, porque não se abriram minas novas desde que aconteceu o corte da mineração em 88.”

“Veio aquela restrição terrível que de 1988 em diante acabou a mineração no Brasil. Não teve nenhum empreendimento novo de mineração no Brasil depois da Constituição de 88.”

“Eu acho que quem se interessava pela mineração eram as empresas estrangeiras, porque as brasileiras não têm muito interesse pela mineração. É uma coisa engraçada. Empresas de mineração brasileira de porte existem meia dúzia. Existe garimpagem que é outra coisa. Eu acho que, de um certo modo, havia um medo da fuga do capital estrangeiro.”

Por fim, esta história de que a constituição acabou com a mineração no Brasil, se tem algo que até hoje toma proporções pavorosas na destruição da natureza bem como na prática de crimes ambientais é a mineração, bem dirá o povo que sofreu com os crimes de Brumadinho e Mariana. Ou como nos conta Ailton Krenak sobre cada tremor de terra que o trem da Vale causa em sua aldeia.

Mas aí mora um detalhe importante, o que mudou em 1988? Primeiro temos o Artigo 176 da constituição, que garante que *“As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem*

propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra”, ou seja, aqui não é que nem nos EUA que se furar o chão de minha propriedade e achar petróleo é meu, os bens minerais são da União, é preciso uma concessão para poder extraí-los. Em segundo lugar, a Lei nº 7.805/1989¹⁵, que institui o regime de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG), que estabelece as condições para o exercício da atividade de forma legal. Essa lei, porém, exclui terras indígenas das áreas passíveis de lavra, destacando a ilegalidade do garimpo nessas regiões¹⁶.

Digo isso para buscarmos entender a partir do revés. Se o que faz falta é a privatização e a legalidade do garimpo sem vistorias, é justamente aí que devemos atentar nossa busca. Hoje temos ações insuficientes por parte do Estado para garantir o cumprimento da lei, a não ocorrência do garimpo ilegal, ainda que ontem, no governo Bolsonaro, não houvesse qualquer ação governamental neste sentido, pelo contrário, o incentivo, bem como no período da ditadura militar, onde era literalmente terra sem lei. Basta lembrar as imagens de serra pelada onde mesmo com as pessoas se matando e destruindo a natureza naquela febre do ouro, não vimos uma tentativa de impedir esta prática pelos militares.

Se antes tínhamos dúvida do porquê integrar a Amazônia e nos baseamos numa teoria muita disseminada mas não tão concreta que é a de Golbery, agora temos dados, mais que isso, temos muitos minérios para extrair e é a partir destes recursos descobertos pela técnicas de georeferenciamento que entraremos na segunda parte deste texto.

¹⁵ LEI Nº 7.805, DE 18 DE JULHO DE 1989. - https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7805.htm

¹⁶ Garimpo ilegal: como funciona e quais são os impactos deste crime? - <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/garimpo-ilegal-e-seus-impactos/>



(1986, Mina de Serra Pelada, onde trabalharam 50.000 mineiros. Sebastião Salgado¹⁷)

¹⁷O novo olhar de Sebastião Salgado sobre Serra Pelada
https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/26/cultura/1564157673_876694.html

A geografia como instrumento de violência e o Projeto RADAM - Parte 2, Técnicas e Consequências

1. Dos dados aos fuzis



(Acervo Arquivo Nacional no Youtube)

Retirei a imagem acima de um vídeo¹⁸ produzido pelo próprio governo para fazer propaganda do Projeto RADAM. Neste momento da narrativa vemos especialistas, formados no Brasil e no exterior, trabalhando na produção dos mapas ao som de *Lay, Lady, Lay*, de Bob Dylan, que provavelmente, nunca deve ter sido informado sobre o uso de sua música nesse contexto.

Pouco antes, no mesmo vídeo, o narrador descreve os técnicos como heróis, precisamente: *“os jovens bandeirantes do projeto RADAM (...), técnicos, geólogos e botânicos, hidrólogos e engenheiros florestais, são novos Pedro Teixeira, Raposo Tavares e Rondon. Não mais descobrem os meandros dos rios, procuram os segredos que se encontram no subsolo.”*

¹⁸ Propaganda RADAM, Amazônia (1976) - Acervo Arquivo Nacional
https://www.youtube.com/watch?v=ikYT9LNpU_0



(Acervo Arquivo Nacional no Youtube)

Em seguida vemos o avião, cujo nome é Caravelle¹⁹, do francês, caravela, uma homenagem para as embarcações que assombraram as colônias 500 anos antes. Neste avião se encontram nossos jovens bandeirantes, com as ferramentas necessárias para o mapeamento a partir da tecnologia do radar de visada-lateral. Estavam, naquele momento, numa altura de onze mil metros.

-“De volta a base, os especialistas do RADAM interpretam as informações trazidas pelas destemidas equipes de campo, do trabalho conjugado de todos é que podem surgir os mapas de alta precisão que ajudarão os brasileiros na conquista dessa nova fronteira” - Finaliza o narrador.

Quais brasileiros foram ajudados com este trabalho? Junto a eles, quem mais se beneficiou? Esta resposta está muito mais a norte da Amazônia. *Popcorn e Ice Cream*²⁰ são commodities de pouco valor comparado a quantidade de minérios que foram descobertos com estes mapas.

Enquanto investigava as cartas, e comparava com imagens de satélite do *Google Earth*, encontrei algumas coisas fora de lugar. Entre elas, enquanto fazia

¹⁹ Sud Aviation Caravelle https://pt.wikipedia.org/wiki/Sud_Aviation_Caravelle

²⁰ ‘Popcorn and ice cream sellers’: Bolsonaro discursa em inglês em ato na Paulista - https://www.youtube.com/watch?v=7bFP3z_a5VY

uma pesquisa na linha do tempo das imagens de satélite, encontrei, curiosamente, imagens datadas de 1970. Pelo que eu havia estudado, o Projeto RADAM era pioneiro no mapeamento da Amazônia, como poderia já estar tudo mapeado alguns anos antes? A resposta, não estava. A primeira imagem de fato do *Google Earth* é de 1984, quando o mundo inteiro foi mapeado pelo Landsat-1. Neste contexto inclusive, foi produzido um relatório sob a supervisão da NASA, com objetivo de *“Avaliar a aplicação dos dados do Landsat no mapeamento geológico e no inventário de recursos minerais e exploração nos Escudos Pré-Cambrianos e nos Andes em cooperação com os institutos de pesquisas geológicas da América do Sul.”* (Tradução de trecho encontrado na primeira página do documento a seguir).



Este documento foi produzido por William D. Carter, a serviço da *US Geological Survey*, uma instituição Estatal norte americana, que, segundo o próprio site²¹, tem a seguinte premissa:

“O Serviço Geológico dos EUA lidera esforços nacionais para mapear recursos minerais e analisar as cadeias de suprimentos necessárias para impulsionar a economia e a segurança nacional dos EUA. Os esforços incluem a análise dos riscos globais da cadeia de suprimentos, das necessidades minerais para a indústria e defesa nacionais e da capacidade de produção futura. O Serviço Geológico dos EUA também firma parcerias com serviços geológicos estaduais, empresas privadas, universidades e agências federais em seus esforços para identificar novos recursos minerais no subsolo e em rejeitos de minas antigas e resíduos de energia.”

Esta empresa possui, apenas entre o que está divulgado publicamente, mais de 100 estudos de campo e artigos sobre o “*Brazil*” considerando somente a partir da década de 50 até o final da ditadura, destes, 27 sobre a região amazônica. Não são superficialidades, se tratam de relatórios com centenas de páginas, repletas de dados minerais. O intuito, acabamos de ver em suas próprias palavras: “*impulsionar a economia e a segurança nacional dos EUA*”.

Onde isso se conecta com o Projeto RADAM? Em primeiro lugar nas inúmeras citações que a *US Geological Survey* realiza ao Projeto RADAM como importante fonte dos dados que utilizam em seus trabalhos. Em segundo lugar, em parcerias diretas entre o Ministério de Minas e Energia (responsável pelo Projeto RADAM) e a *US Geological Survey*. Em terceiro lugar o *Brazil geological education project*²², projeto que visava a formação de geólogos brasileiros com suporte dos EUA entre 1958 e 1965. Essas provas estão presentes em inúmeros documentos oficiais da própria *US Geological Survey*, mas essa relação, curiosamente, não aparece em nenhum documento público do Projeto RADAM.

²¹ United States Geological Survey - <https://www.usgs.gov/>

²² Brazil geological education project, 1958-1965 - <https://www.usgs.gov/publications/brazil-geological-education-project-1958-1965>

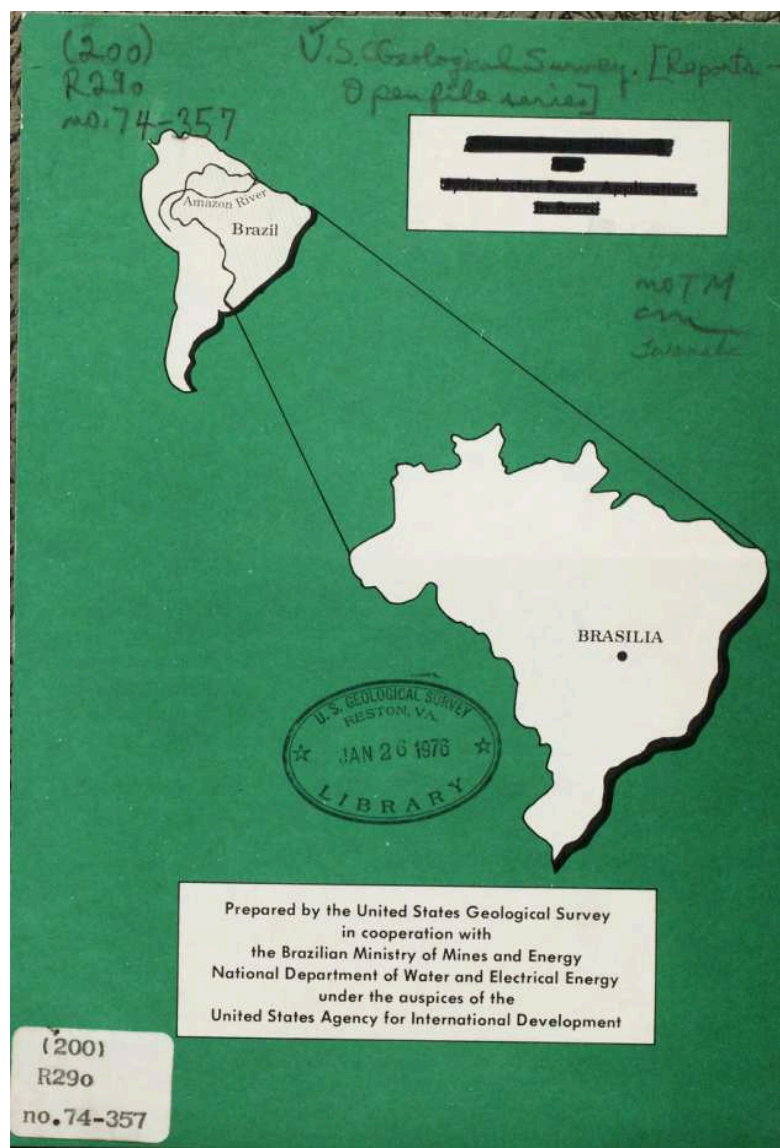
3.0 Acknowledgments

The author (principal investigator) wishes to take this opportunity to thank his foreign counterparts for their participation in this experimental project. They are listed individually by country and agency below. Contributions of various kinds were also made by my colleagues, Kenneth Segerstrom, George Stoertz, and George Ericksen and are identified in the report and references where appropriate. Of special help were Stuart Marsh and William Kowalik, graduate student assistants who worked with me during the summers of 1973 and 1974, respectively. The Kowalik contributions are included in the report although they have not yet been evaluated in-country by our counterparts. Copies of this report will be distributed to them for comment simultaneously with distribution to NASA.

List of Counterpart Investigators:

Argentina	Dr. Eduardo Methol, Secc. de Fotogeologia	Buenos Aires
Bolivia	Dr. Carlos Brockmann, GEOBOL	La Paz
Brazil	Berilo Langer, Projeto RADAM	Rio de Janeiro
Chile	Dr. Jose Corvalan, Inst. de Investigaciones Geologicas Joaquin Sanchez Gabriel Perez Agustin Gutierrez Dr. Eduardo Gonzalez, ENAP	Santiago Punta Arenas
Colombia	Ing. Taissir Kassem, INGEOMINAS	Bogota
Peru	Dr. Jose Pomalaza, Instituto Geofisico Dr. Jose Lizarraga, ONERN	Lima
Venezuela	Ing. Luis A. Gonzalez S., Secc. de Geologia Min. de Minas y Hidrocarburos	Caracas

A imagem acima é do mesmo documento que vimos sobre o Landsat e a pesquisa mineral. Nele temos os “*Counterpart Investigators*”, ou seja, um correspondente de cada país da América do Sul responsável por ajudar a NASA e a *US Geological Survey* na execução do trabalho, no caso do Brasil, o responsável é Berilo Langer, associado ao Projeto RADAM.



Neste outro documento, por exemplo, lê-se claramente: “*Preparado pela US Geological Survey em cooperação com o Ministério Brasileiro de Minas e Energia, e o Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica sob o patrocínio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional*”.

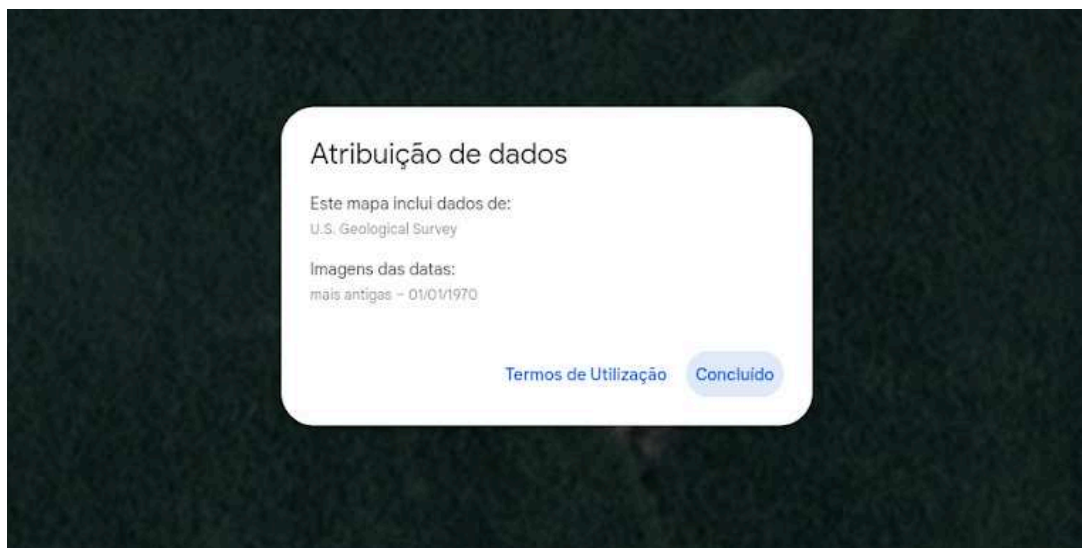
Poderíamos aqui tecer um trabalho inteiro sobre a relação entre os Estados Unidos e os regimes ditatoriais de toda América Latina, inclusive, analisei muitos outros documentos da *US Geological Survey* (que caberiam aqui) mas reservo estas questões para não fugirmos de nosso foco.

Antes de seguirmos gostaria apenas de constatar que após toda essa pesquisa, acabei me deparando com um trecho no livro *Vítimas do Milagre*, de Shelton Davis, encontrando esta mesma relação, ainda pouco compreendida, sobre o Projeto RADAM e a *US Geological Survey*:

“Em maio de 1973, um pequeno artigo de um geólogo do Geological Survey dos Estados Unidos, Max White, intitulado ‘Sondando a Desconhecida Bacia Amazônica - Uma investigação de 21 programas de Exploração Mineral no Brasil’, apareceu no Engineering and Mining Journal. O Artigo de White descrevia 21 projetos geológicos de mineração iniciados na Bacia Amazônica como parte de um programa de cooperação entre o Departamento Nacional de Produção Mineral, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, e o Geological Survey dos Estados Unidos, sob o patrocínio do Governo brasileiro e da Agência para o Desenvolvimento Internacional dos EUA. De acordo com White, naquela data já havia 225 geólogos e engenheiros realizando investigações minerais na Amazônia. (...) Pelo menos três fatores explicam o grande número de atividades de prospecção mineral que tiveram lugar na parte Noroeste da Bacia Amazônica nos últimos anos. O primeiro fator, e talvez o mais importante, foi a conclusão do Projeto RADAM, o imenso levantamento aerofotogramétrico e mineral da Bacia Amazônica. Em 1973, quando White publicou seu artigo, os geólogos do Projeto RADAM já haviam praticamente completado um exame de toda a parte Norte da Amazônia. (...) Os resultados desses levantamentos indicavam que a Bacia Amazônica continha um dos mais valiosos e diversificados perfis minerais do mundo.” (p.119)

O artigo de White, que resultou nesta conexão de Davis não se encontra disponível no acervo online junto aos outros que pesquisei, o que nos leva à questão: quais artigos também estão ocultos?

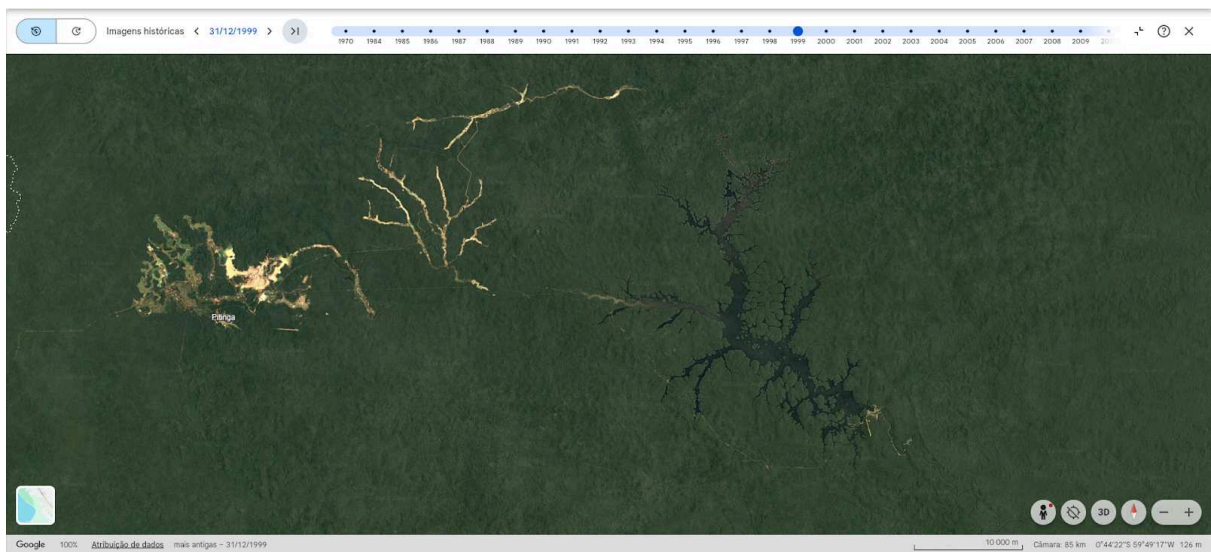
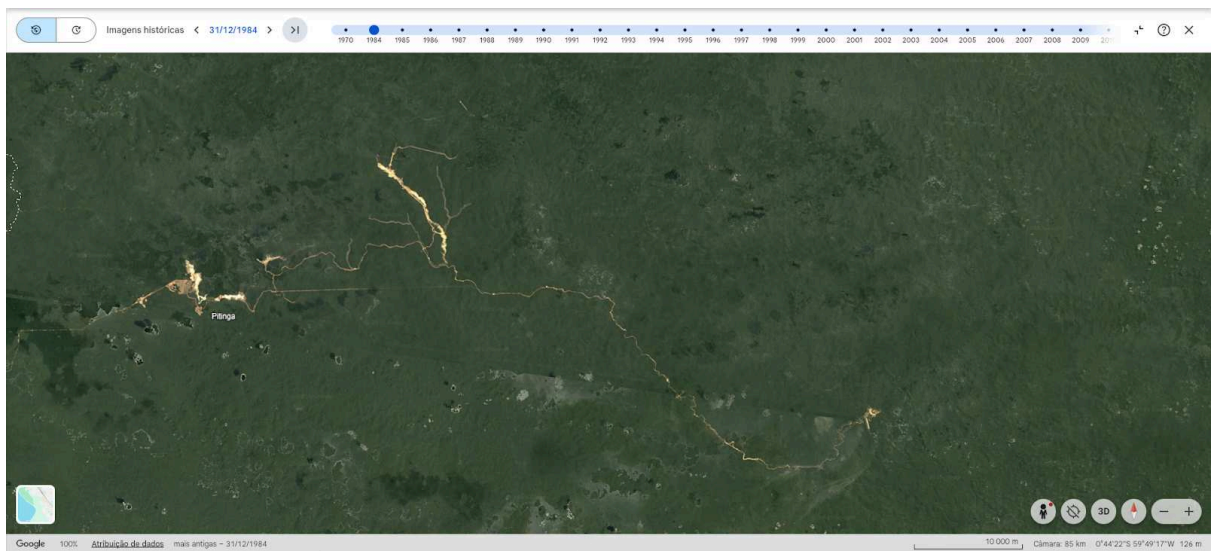
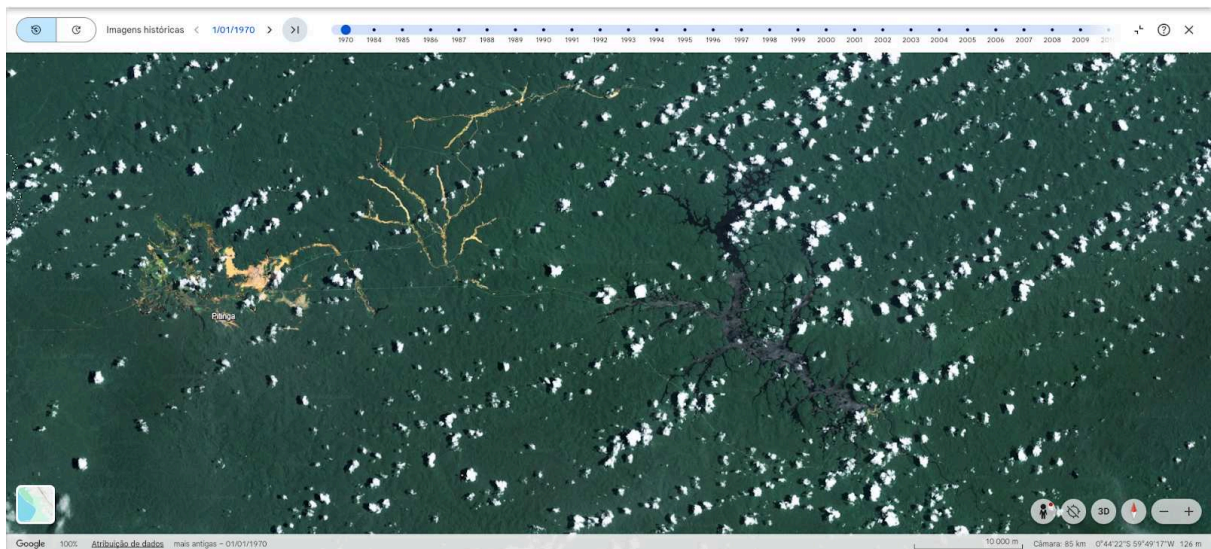
Seguindo a lista de perguntas em aberto, e os mapas do *Google Earth*, qual a explicação para as imagens de 1970?



(Printscreen do próprio Google Earth)

Não apenas estes dados do Brasil, mas todo mapeamento da América Latina de 1970 é associado a *US Geological Survey*. Entretanto, como disse antes, são dados errados. Como podemos ver nas imagens a seguir da Vila Pitinga, no *Google*

Earth, respectivamente em 1970 (Dados US Geological Survey), 1984 (Dados Landsat-1) e 1999 (Dados Landsat-7):



Com um pouco de atenção podemos perceber que a imagem de 1970 é, na verdade, de 1999, já que o estágio de desenvolvimento da Vila Pitinga, bem como o assoreamento do Rio Pitinga (a direita do mapa), utilizado na Hidrelétrica de Pitinga, são semelhantes, enquanto na imagem de 1984, a Vila Pitinga ainda está muito pequena e a Hidrelétrica em processo de construção pela empresa Paranapanema.

O mesmo vale para qualquer outra região que você se der ao trabalho de comparar as imagens. Realizei, por exemplo, a comparação da zona franca de Manaus, entre outras áreas. As perguntas que ficam sem resposta são: por que este erro existe? Será meramente um problema técnico do *Google Earth*? Qual a relação da *US Geological Survey* com isso? Por que 1970? Por que toda América Latina?

Voltemos à Vila Pitinga. Não estamos vendo este mapa de forma aleatória. A Vila Pitinga está localizada a 320 quilômetros de Manaus, seu acesso é pela BR-174, rodovia que corta ao meio a terra do povo Waimiri Atroari. Esta vila, bem como a hidrelétrica, foram construídas para suprir as necessidades da Mina Pitinga, uma mina aberta para extração, especialmente, de bauxita e cassiterita, respectivamente os minérios de onde se extrai o alumínio e o estanho.

WAIMIRI ATROARI

“Na década de 1970 o Projeto Radam constata a existência de cassiterita na área indígena. No início da década de 1980 a empresa Paranapanema demonstra interesse em explorar esse minério. Com o auxílio da Funai e do Ministério de Minas e Energia, através do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), consegue articular um processo que veio a culminar na extinção da Reserva Indígena Waimiri Atroari (criada em 13/07/71), transformando-a em Área Interditada Temporariamente para Fins de Atração e Pacificação dos Índios Waimiri Atroari (23/11/81) e excluindo, no novo decreto presidencial, a região da terra indígena onde se encontravam as jazidas. Ainda na década de 80, outro grande projeto atingiu as terras Waimiri Atroari. Tratava-se da construção da usina hidrelétrica de Balbina, pela Eletronorte, cujo lago atingiu 30 mil hectares na área indígena.” (Instituto Socioambiental²³)

O caso Waimiri Atroari é repleto de barbáries. É um povo notoriamente conhecido pelo confronto direto que sempre realizou com os *kaminja* (*não indígenas*). Talvez essa postura guerreira é o que tenha garantido a eles o decreto da criação de uma das poucas reservas indígenas da época, melhor não se meter como os Atroari, se não, o final será como o de padre Calleri, que, tentando “*pacificá-los*”, acabou morto.

²³Povos Indígenas no Brasil - Waimiri Atroari - https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri_Atroari

Isso talvez fosse verdade até o meio da década de 70, quando, após os mapeamentos realizados pelo Projeto RADAM, viu-se a necessidade da construção da BR-174 (Rodovia Manaus-Boa Vista), que permitiria o acesso, bem como o escoamento das (futuras) minas da região. Um povo de guerra, diante dessa ameaça, podemos imaginar o resultado.

Temos vários relatos sobre agentes da FUNAI assassinados na tentativa de “*pacificação*”, mas pouco se falou na época das violências contra os indígenas neste processo. É o velho discurso etnocêntrico, viciado em sua própria cegueira, ferramenta do etnocídio. O caso dos Waimiri-Atroari rodou os jornais de todo o mundo, pois era uma resistência tão grande dos indígenas que a própria FUNAI ficou encurralada por não saber como lidar. Eles estavam “*defendendo suas terras de forma intransigente*” como disse Ismarth de Araújo Oliveira, general e presidente da FUNAI na época. Mesmo com toda essa luta, a rodovia foi construída, com a intransigente força dos fuzis e das máquinas de terraplenagem. Além dela, um recado da própria Paranapanema (empresa de mineração), uma estrada, autorizada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo único objetivo era ligar seu acampamento de mineração à BR-174, passando bem no meio das terras Atroari, como vemos no documento a seguir.

H5. PMI. 46, p. 105

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
PEDIDO DE BUSCA Nº 31/187/82-DSI/MME

DATA : 20/12/82

ASSUNTO : ÁREA INTERDITADA (INDÍGENA) WAIMIRI - ATROARI-AMAZONAS

ORIGEM : DSI/MINTER

DIFUSÃO : ASI/DNPM

DADOS CONHECIDOS

a) Empresas de mineração componentes do GRUPO PARANAPANEMA e outros, possuem Alvarás de Pesquisa dentro da área interditada para os Índios WAIMIRI e ATROARI;

b) A PARANAPANEMA foi autorizada a construir uma estrada ligando seu acampamento a BR-174, que atravessa a área indígena.

c) Essas empresas estariam realizando pesquisa dentro da área interditada e mesmo a extração de minérios.

DADOS SOLICITADOS

1) Confirmação dos itens a) e c), indicando os Alvarás, suas localizações e empresas beneficiárias.

2) Confirmar a existência de atividades de mineração dentro da área WAIMIRI-ATROARI.

3) Outros dados julgados úteis.

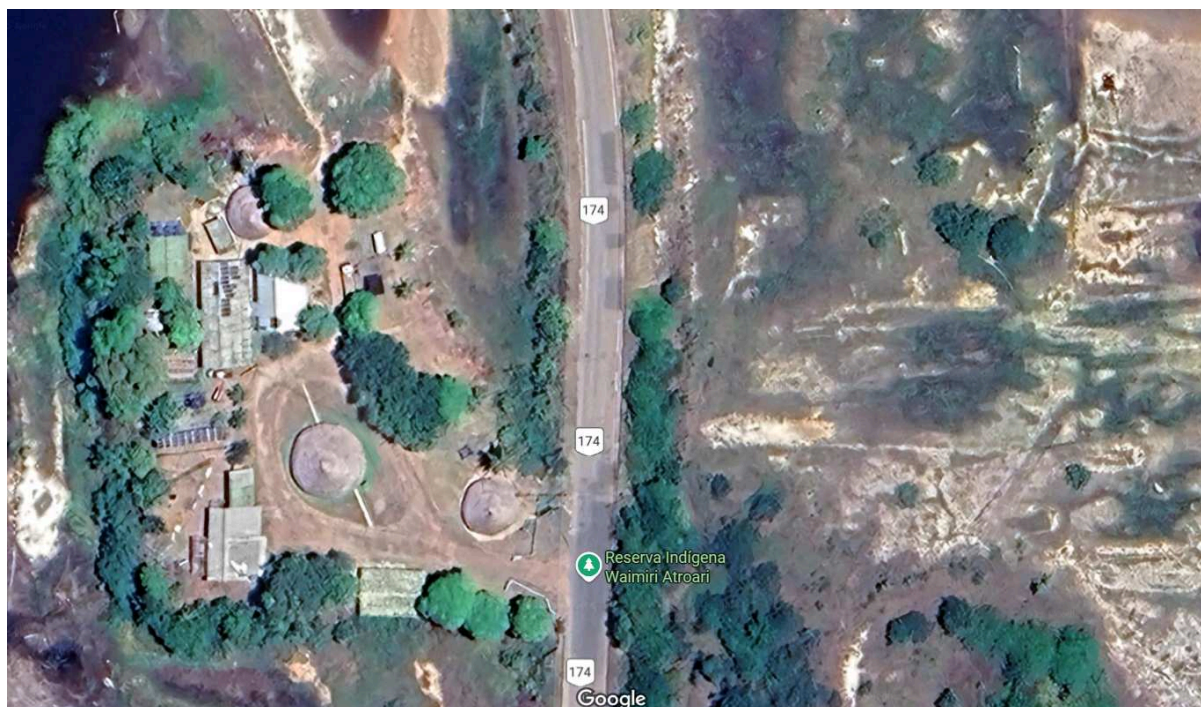
(Documento Área Interditada (indígena) Waimiri - Atroari- Armazém Memória - https://app.docvirt.com/bmn_arquivonacional/pageid/303194)

A empresa Paranapanema está associada a inúmeros processos de violência em todo Brasil. Destaco aqui o uso de mão de obra indígena em trabalhos análogos à escravidão na construção da própria Transamazônica, dentre outras vias construídas neste período, como denuncia a reportagem da Agência *Pública*²⁴. É uma prática comum a privatização destes serviços, na ditadura ainda mais, são muitas as estradas construídas pelas próprias mineradoras sem nenhuma vistoria por parte do Estado, pelo contrário, com a conivência e omissão. Esta é uma das mais sangrentas razões pela qual devemos chamar este período de ditadura empresarial-militar.

²⁴ Produtora de cobre Paranapanema teria mantido indígenas em “semi-escravidão” na ditadura - <https://apublica.org/2023/06/produtora-de-cobre-paranapanema-teria-mantido-indigenas-em-semi-escravidao-na-ditadura/>



(Placa da demarcação da terra Waimiri Atroari, de 87, no meio da TI, em amarelo, a rodovia. Fonte: APIB²⁵)



(Rodovia BR-174 passando dentro da Terra Indígena, deixando, junto a ela, um rastro de devastação desenvolvimentista nas proximidades, fonte: Google Earth)

²⁵ Nota pública de repúdio contra o propósito do Ministro de Minas e Energia de promover novo esbulho da terra indígena Waimiri-Atroari - <https://apiboficial.org/2018/05/22/nota-publica-de-repudio-contra-o-proposito-do-ministro-de-minas-e-energia-de-promover-novo-esbulho-da-terra-indigena-waimiri-atroari/>

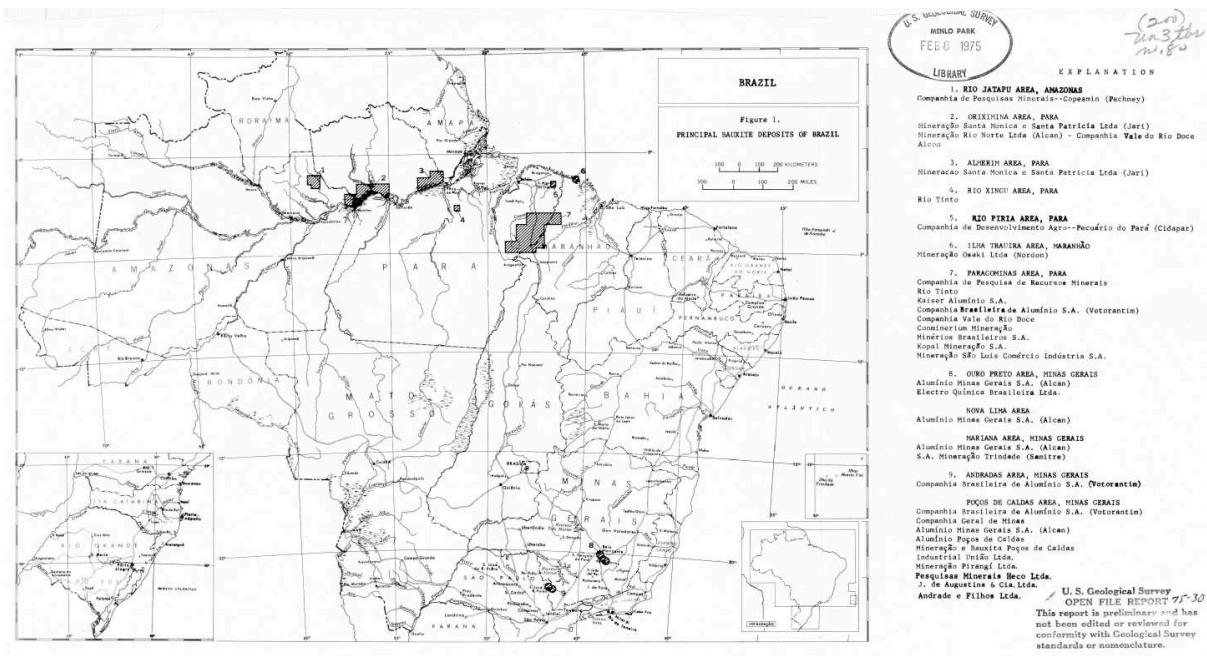


(Estrada da Mineradora, construída pela própria Paranapanema, passando dentro da Terra Indígena, Fonte: Google Earth)

Na pergunta de quem veio antes, o ovo ou a galinha, temos a resposta no planejamento estatal. A estrada não veio para que se pudesse pesquisar. Na prática, a pesquisa já estava feita, a estrada veio para decretar o começo dos empreendimentos.

Assim, temos, em 1975, um levantamento prévio e simplificado por parte da *US Geological Survey*, chamado “*Recursos de Alumínio no Brasil*”²⁶, onde, em contato com os dados providos pelas próprias empresas, prevê a expansão da produção de alumínio no Brasil, em especial a partir das seguintes regiões mapeadas:

²⁶Aluminum resources of Brazil - <https://www.usgs.gov/publications/aluminum-resources-brazil>



Se aproximarmos a visão, chegamos na área denominada “1”, estudada pelo Companhia de Pesquisas Minerais, uma empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia:



Esta área demarcada está a poucos quilômetros de distância da Vila Pitinga, e do território Waimiri-Atroari. Mas com os estudos ainda incipientes e a dificuldade logística, não era viável economicamente à exploração. Por isso a necessidade de expansão dos estudos geológicos, bem como das estradas, assim, tivemos a chegada dos mapas do Projeto RADAM um ano após este primeiro levantamento da *US Geological Survey*. E logo em seguida, as estradas, o garimpo, as invasões, o

genocídio do povo Atroari. No mesmo documento de onde extraí este mapa, produzido pelo Ministério de Minas e Energia em parceria com a *US Geological Survey*, temos a seguinte previsão:

EXPORTS, IMPORTS, AND CONSUMPTION

In the decade ending in 1970, Brazil's exports of bauxite ore were at a rate of only 2,000 to 3,000 tons per year; in 1971, about 4,000 tons of bauxite and 1,100 tons of aluminum were exported. Essentially no bauxite was imported, but 30,200 tons of manufactured aluminum products was imported at a cost of US \$19,621,000.

Significant changes in bauxite exports seem destined to take place, possibly beginning even before this report is released. Shipments of washed and dried bauxite from the Mineração Rio do Norte, S. A. plant in the Oriximiná-Óbidos area, Pará, to Canada are planned for 1974. According to Lefond (1973, p. 39), bauxite exports from this district may be increased to 4 million tons annually by 1977.

Lê-se: “EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E CONSUMO

No final da década de 70, as exportações de bauxita no Brasil eram cerca de 2 a 3 mil toneladas por ano; em 71, cerca de 4 mil toneladas de bauxita e 1100 toneladas de alumínio eram exportados. Essencialmente quase nenhuma bauxita era importada, mas 30 mil e 200 toneladas de produtos manufaturados de alumínio eram importados com um custo de 19 milhões e 621 mil dólares.

Mudanças significativas na exportação de bauxita estão começando a ocorrer, possivelmente antes mesmo deste relatório sair. Envios de bauxita lavada e seca da empresa *Mineração Rio do Norte* na região entre Oriximiná e Óbidos, no Pará, para o Canadá, estão planejados para 1974. De acordo com Lefond, as exportações de bauxita nestas regiões podem aumentar para até 4 milhões de toneladas por ano até 1977.”

Esses dados foram extraídos pela *US Geological Survey* diretamente do *Anuário Mineral Brasileiro*, como apontado na referência bibliográfica do próprio documento. São livros lançados anualmente pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (autarquia vinculada ao Ministério de Minas e Energia) para

compilar as informações técnicas da mineração no Brasil. Trata-se de uma importante fonte para investidores. Por alguma razão estão disponíveis no site oficial do governo Brasileiro apenas os anuários produzidos a partir de 1997²⁷. Dessa forma não temos acesso aos anuários da década de 70, mas certamente, pelas pistas que os documentos da *US Geological Survey* nos apresentam, fica evidente a participação do Projeto RADAM na produção destes dados. A previsão dessa expansão gritante na mineração de bauxita está associada, principalmente, às descobertas na região amazônica, comprovadas pelos mapas geológicos do RADAM.

2. Por dentro dos mapas

“Componentes primários do mais alto significado econômico têm substancial expressão nesta Folha: rio Amazonas, rio Tapajós, rio Trombetas, estradas Santarém - Cuiabá, Oriximiná - Perimetral Norte e Transamazônica, bauxita, ouro, terra roxa estruturada, terras de várzea e florestas de alto valor comercial. Só a presença desses elementos possibilita uma antevisão de um fabuloso desenvolvimento em um futuro próximo.” (Projeto RADAMBRASIL, Volume 10, 1976, Ministério de Minas e Energia - Departamento Nacional da Produção Mineral, p.8.)

É assim que Acyr Avila da Luz, Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral apresenta o volume 10 do Projeto RADAM, lançado em 1976. Temos presente nesse volume a metade leste da terra do povo Waimiri Atroari; a metade oeste se encontra no volume 18, lançado em 1978.

Antes de adentrarmos nos mapas, gostaria apenas de apresentar um pouco mais das opções técnicas do Projeto RADAM, que, como vimos, estão vinculadas a um contexto político violento. Nesse momento já se faz evidente a serviço de quem estavam estas ferramentas.

A ideia inicial era mapear apenas a região Amazônica, entretanto, a relevância econômica destes dados fez com que a pesquisa fosse expandida para todo o Brasil.

O Projeto RADAM separou seus estudos nas seguintes categorias: *I-Geologia, II-Geomorfologia, III-Pedologia, IV-Vegetação, V-Uso Potencial da Terra*. Assim temos, como consequência, a produção dos seguintes mapas vinculados às

²⁷ Anuário Mineral Brasileiro - <https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro>

respectivas categorias: *I-Mapa Geológico, II-Mapa Geomorfológico, III-Mapa Exploratório de Solos e Mapa de Aptidão Agrícola, IV-Mapa Fitoecológico, V-Mapa de Uso Potencial da Terra e Mapa de Subsídios ao Planejamento Regional.*

Todas estas categorias de estudo e mapas estão presentes em cada um dos 36 volumes existentes, sendo cada um deles referentes a uma área delimitada geograficamente como pode ser visto no mapa abaixo, presente no trigésimo sexto volume:



(Projeto RADAMBRASIL, Volume 36, 2024, Ministério de Minas e Energia - Departamento Nacional da Produção Mineral, p.23)

Tendo em vista que esta pesquisa busca compreender processos ainda que de forma mais horizontal, optei aqui por não realizar uma análise descritiva de todos os mapas, pois estamos focando, dentro dos povos aqui estudados, a relação entre o esbulho da terra e a mineração como a principal razão das violências extrativistas.

Voltemos então ao povo Waimiri Atroari: a única menção a existência deles ocorre no volume 18, onde os técnicos se veem obrigados a fazê-la, pois justamente nesse momento histórico está acontecendo toda a confusão com a FUNAI, como narramos anteriormente, e devido a “*riscos*”, a área estava com acesso proibido. Assim, esse é o único relatório que delimita diretamente uma área indígena, apenas para poder justificar a incapacidade de coletar os dados daquela localidade. Essa delimitação não aparece nos mapas oficiais, apenas no relatório. O restante da terra indígena, que deveria estar no volume 10, não foi delimitada, na verdade, a existência do povo sequer foi citada.



53

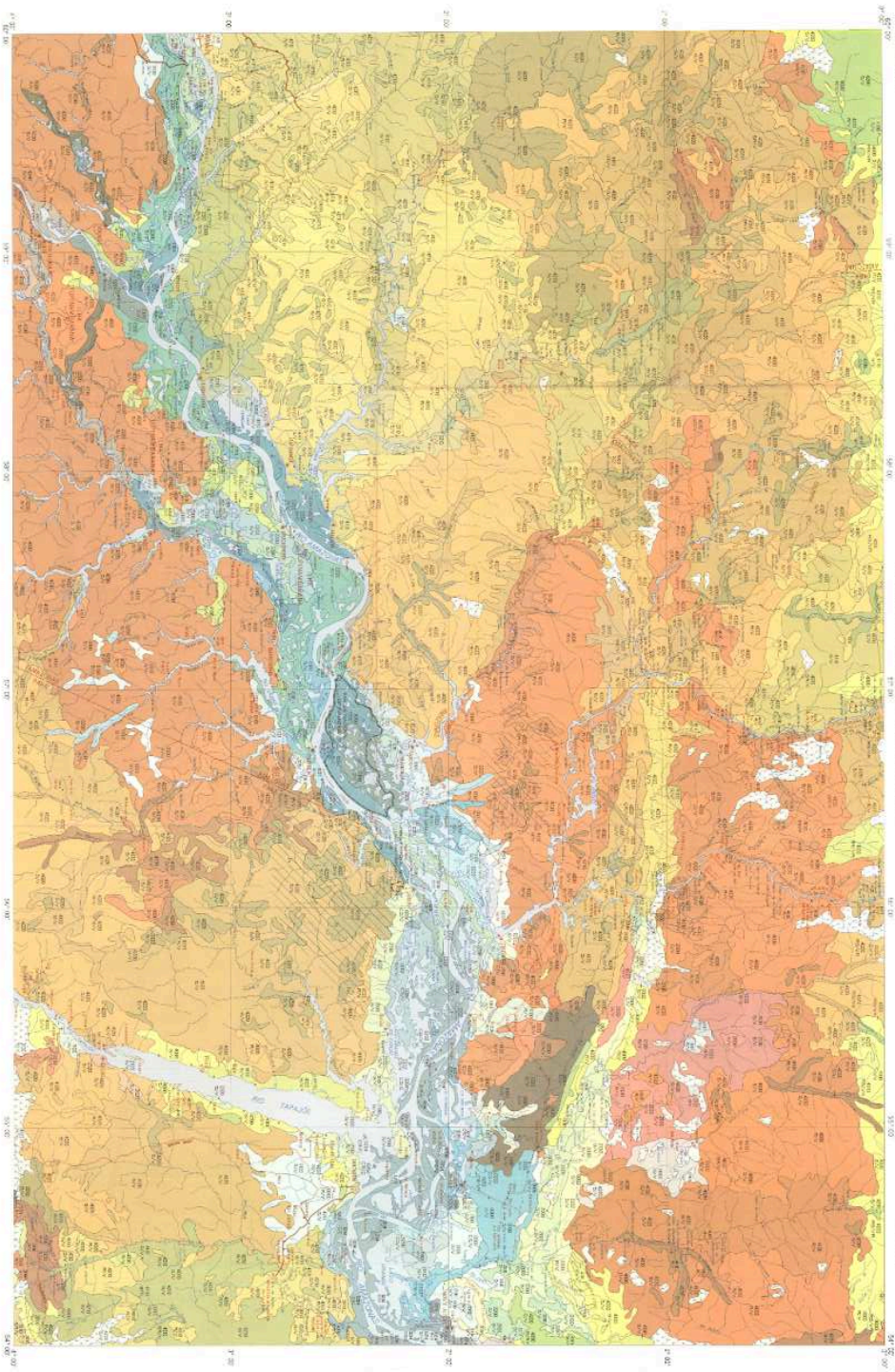
Saindo dos croquis presentes nos relatório, vamos agora partir para os “*mapas de verdade*”. Neles, como esperado, não veremos a existência do povo Waimiri Atroari.

Importante ressaltar que essas cartas foram produzidas na escala 1:1.000.000, assim, possuem bom detalhamento. Como consequência, ao reduzirmos para tamanho A4, em uma folha como esta, não conseguiremos ver a maior parte dos dados contidos sem aproximar a vista com recortes parciais dos mapas, que foram pensados para papéis muito maiores. Desta forma, recomendo ao leitor que se interessa por uma visão aprofundada do material, que os acesse autonomamente no computador, podendo navegar pelos mapas de alta resolução que estão disponíveis no acervo do armazém memória²⁸ bem como na biblioteca do IBGE²⁹. Tendo em vista essas limitações, vou descrever aqui, pontos relevantes destes mapas para nosso escopo.

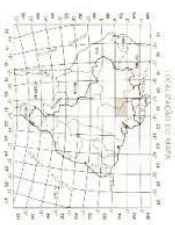
Começamos respectivamente com os mapas de uso potencial da terra, em seguida os mapas geológicos, ambos encontrados nos volumes 10 e 18:

²⁸Pasta RADAM Centro de Referência Virtual Indígena do Armazém Memória - <https://app.docvirt.com/DocIndio/pageid/121905>

²⁹ Busca RADAM na Biblioteca do IBGE- <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=todos&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=radam&digital=false&fraseexata=>



Este documento representa os levantamentos de dados e informações de campo, e não constitui uma avaliação ou recomendação do Departamento Nacional da Produção Mineral. Os dados e informações aqui contidos são de caráter informativo e não devem ser utilizados para fins de planejamento ou tomada de decisão sem a devida consulta aos órgãos competentes.



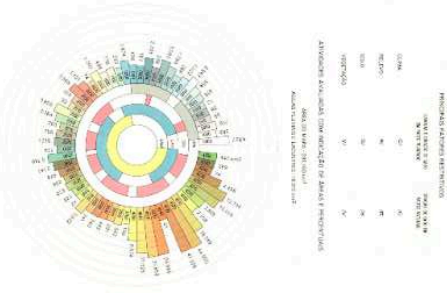
PROJETO RADAMBRASIL
MAPA DE USO POTENCIAL DA TERRA
Escala: 1:100,000
1978

Altitude (m)	Vegetação	Uso Potencial
0 - 200	Matas Ciliares	Reserva Legal
200 - 500	Matas de Cerrado	Reserva Legal
500 - 1000	Matas de Cerrado	Reserva Legal
1000 - 1500	Matas de Cerrado	Reserva Legal
1500 - 2000	Matas de Cerrado	Reserva Legal
2000 - 2500	Matas de Cerrado	Reserva Legal
2500 - 3000	Matas de Cerrado	Reserva Legal
3000 - 3500	Matas de Cerrado	Reserva Legal
3500 - 4000	Matas de Cerrado	Reserva Legal
4000 - 4500	Matas de Cerrado	Reserva Legal
4500 - 5000	Matas de Cerrado	Reserva Legal

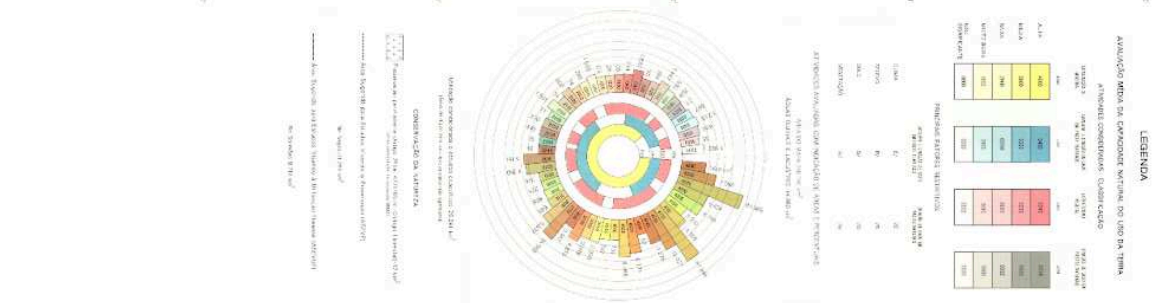
Este documento contém dados e informações de campo, e não constitui uma avaliação ou recomendação do Departamento Nacional da Produção Mineral. Os dados e informações aqui contidos são de caráter informativo e não devem ser utilizados para fins de planejamento ou tomada de decisão sem a devida consulta aos órgãos competentes.

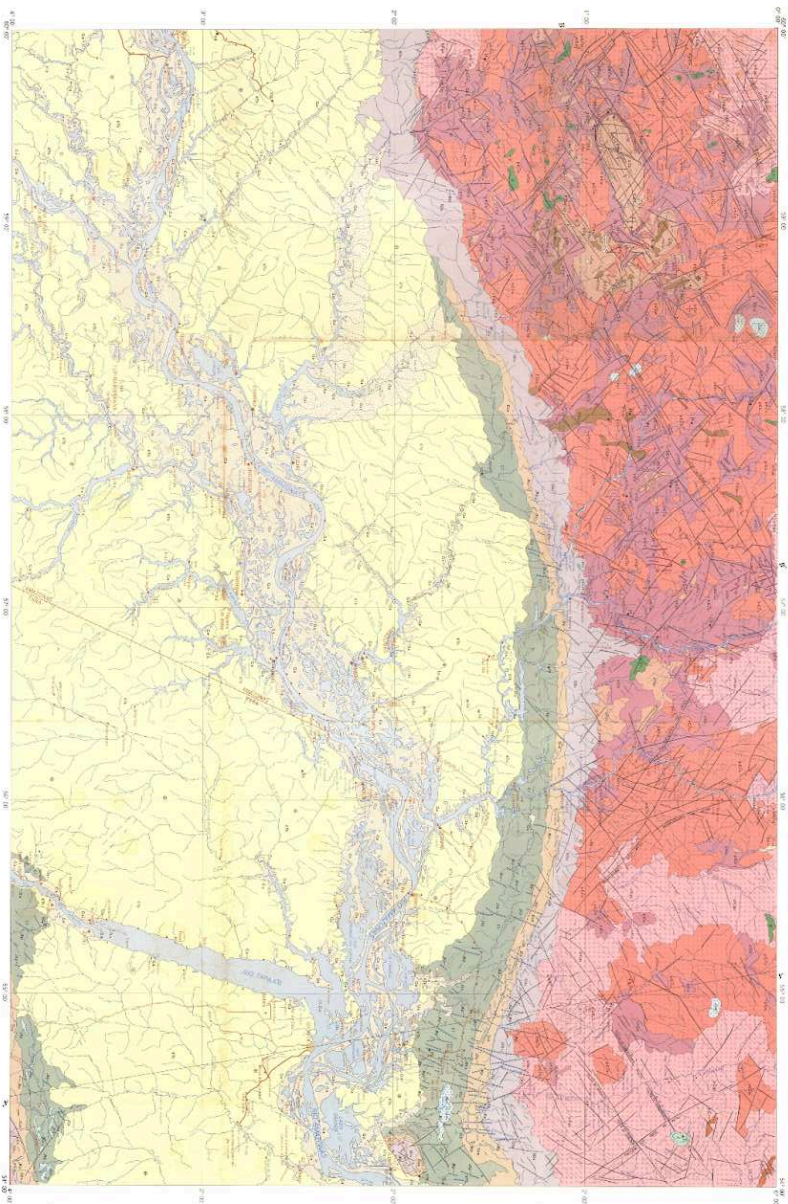
LEGENDA

Altitude (m)	Vegetação	Uso Potencial
0 - 200	Matas Ciliares	Reserva Legal
200 - 500	Matas de Cerrado	Reserva Legal
500 - 1000	Matas de Cerrado	Reserva Legal
1000 - 1500	Matas de Cerrado	Reserva Legal
1500 - 2000	Matas de Cerrado	Reserva Legal
2000 - 2500	Matas de Cerrado	Reserva Legal
2500 - 3000	Matas de Cerrado	Reserva Legal
3000 - 3500	Matas de Cerrado	Reserva Legal
3500 - 4000	Matas de Cerrado	Reserva Legal
4000 - 4500	Matas de Cerrado	Reserva Legal
4500 - 5000	Matas de Cerrado	Reserva Legal



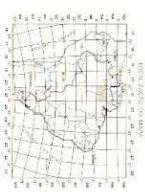
Este documento contém dados e informações de campo, e não constitui uma avaliação ou recomendação do Departamento Nacional da Produção Mineral. Os dados e informações aqui contidos são de caráter informativo e não devem ser utilizados para fins de planejamento ou tomada de decisão sem a devida consulta aos órgãos competentes.





PROJETO KAMIBASTI
MAPA GEOLOGICO

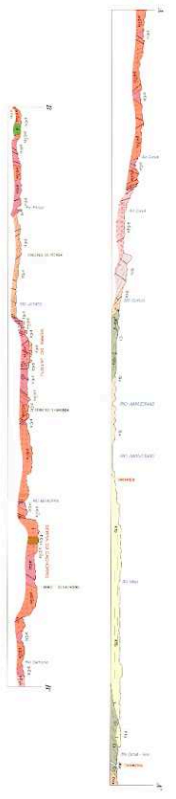
Este mapa foi elaborado com base em dados geológicos e geográficos coletados durante o levantamento de recursos naturais da região de Savatina, no Estado de Mato Grosso do Sul. O mapa apresenta as principais unidades geológicas e os cursos de água da área, bem como as localidades e estradas existentes.



ESCALA: 1:100.000
1975

LEGENDA	LEGENDA
1.000	1.000
2.000	2.000
3.000	3.000
4.000	4.000
5.000	5.000
6.000	6.000
7.000	7.000
8.000	8.000
9.000	9.000
10.000	10.000

SEÇÕES GEOLOGICAS ESQUEMATICAS



LEGENDA

1.000	1.000
2.000	2.000
3.000	3.000
4.000	4.000
5.000	5.000
6.000	6.000
7.000	7.000
8.000	8.000
9.000	9.000
10.000	10.000

Vamos começar a decompor os mapas; os títulos são autoexplicativos, dois mapas que tratam o *uso potencial da terra*, propondo, a partir de fatores climáticos, hidrográficos, de relevo, solo e vegetação, possíveis atividades para cada área delimitada, sendo estas atividades: “*exploração de madeira, lavoura e criação de gado em pasto plantado, extrativismo vegetal, criação de gado em pastos naturais*” e, separado destas categorias, uma marcação de “*áreas mais promissoras a recursos minerais (inclui as ocorrências comprovadas)*”. Estas primeiras informações já nos levam a pensar na hierarquia dos valores agregados a cada tipo de produção, no instante em que o mapa geológico aparece se sobrepondo ao mapa de uso potencial da terra por se tratar de um negócio muito mais lucrativo, assinalando que “*sim, você até pode ter gado aqui, mas o negócio mesmo é a mineração, e seria um desperdício não fazê-lo*”.

Os outros dois mapas são de *seções geológicas esquemáticas*, contendo as formações geológicas, os materiais que as formam, bem como ocorrências geomorfológicas como falhas, fraturas e mergulhos, a orientação destas estruturas de relevo, e, destacado pela relevância econômica, ocorrências de minas ou jazidas, garimpos ativos e abandonados e os respectivos minerais de cada um deles, bem como ocorrências minerais ainda não exploradas.

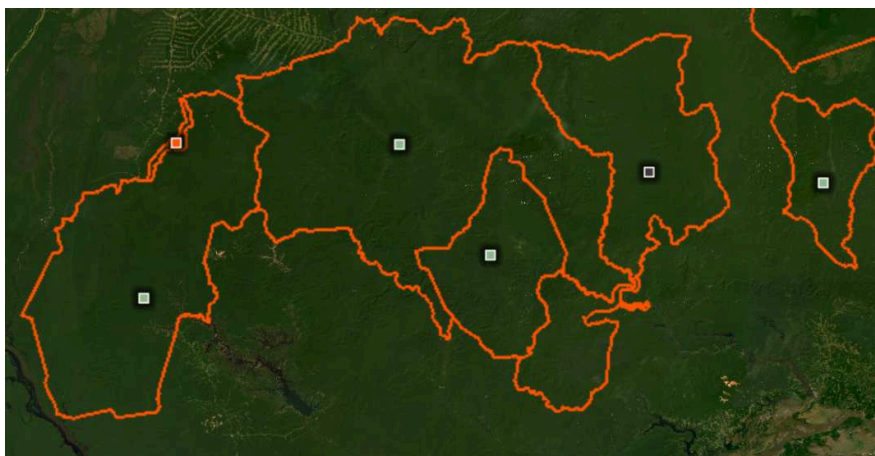
A legenda em comum de ambos os mapas (uso potencial da terra e geológico) é a seguinte:



Nela vemos a existência de “*Aldeia indígena*”, um quadradinho vazado. Caso esteja acompanhando nos mapas de alta resolução te proponho um jogo, tente encontrar no mapa onde estão as aldeias indígenas e veja quanto tempo você leva.

Se começou por algum mapa do volume 10, más notícias, você não vai encontrar nem o povo Waimiri Atroari, nem os *Hixkaryana*, *Tunayana*, *Katuenayana*,

Katxuyana, Kahyana, Waiwai, Zo'é e nem os povos isolados das seguintes regiões: Médio Jatapu, Rio Cachorro/Cachorrinho, Karapawyana, Pitinga/Nhamunda-Mapuera e Rio Kaxpakuru/Igarapé Água Fria, que estão presentes hoje nestes territórios como aponta o mapa de terras indígenas do Instituto Socioambiental³⁰:

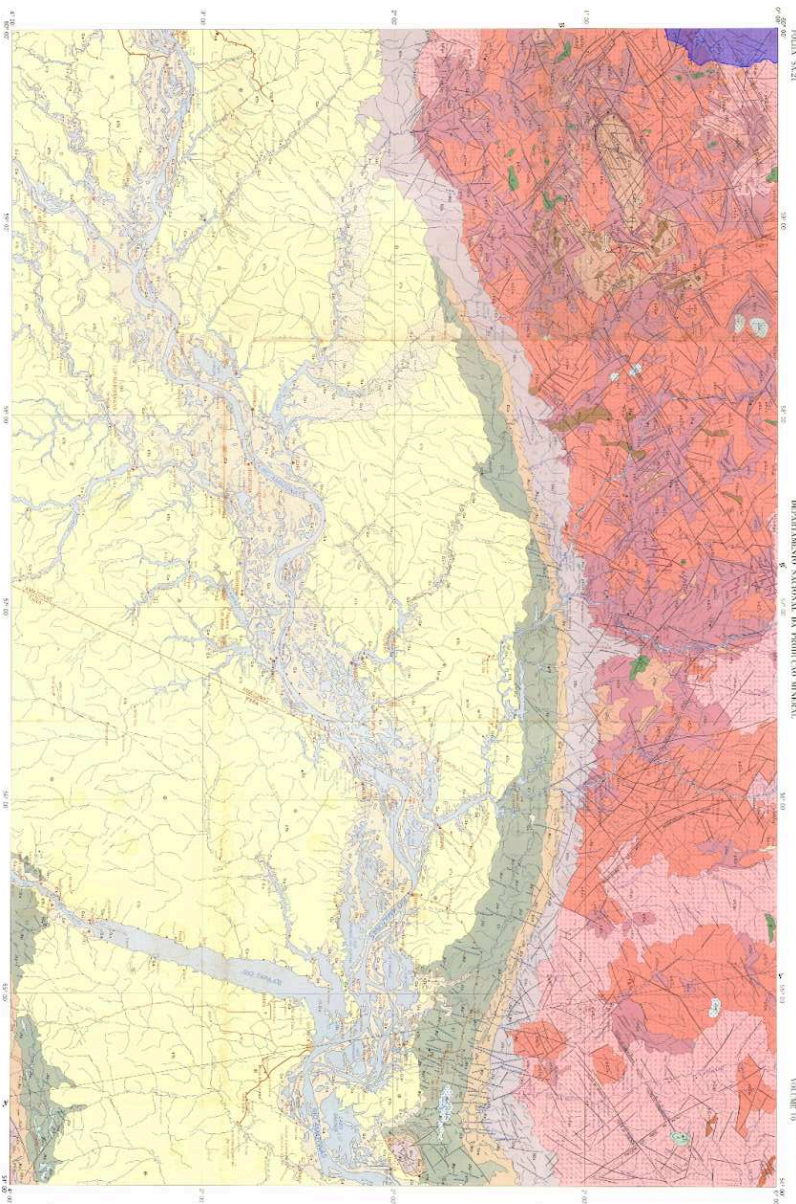


(Mapa Terras Indígenas no Brasil - ISA)

Agora, se você começou pelos mapas do volume 18, depois de muita busca talvez encontre, apagado entre os dados economicamente relevantes, alguns postos da FUNAI no canto superior direito do mapa, e junto a eles os quadradinhos vazados. Como vimos, na placa da Terra Indígena, são muito mais aldeias que existem na TI Waimiri Atroari do que estas mapeadas, o que nos leva a suspeita de que não são de fato as aldeias que estão plotadas no mapa, mas somente as próprias bases da FUNAI que estariam, nesse momento, servindo de quartel na guerra contra os Waimiri Atroari.

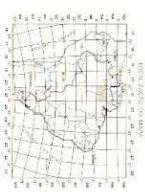
Para tornar mais didática a explicação, acabei por produzir uma sobreposição de mapas, adicionei, aos mapas do Projeto RADAM, a atual demarcação das terras indígenas. Vale constatar, que neste processo parcialmente anacrônico, quem perde são os próprios indígenas, tendo em vista que as demarcações tantas vezes acabam comendo os limites de convívio dos territórios em espaços menores. Então o que devemos levar em consideração ao vermos esta sobreposição, é que o território, na prática da vida, é no mínimo o que está delimitado como no mapa a seguir, mas possivelmente, maior.

³⁰ Terras Indígenas no Brasil - Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/mapa>



PROJETO KAMIBASTI
MAPA GEOLOGICO

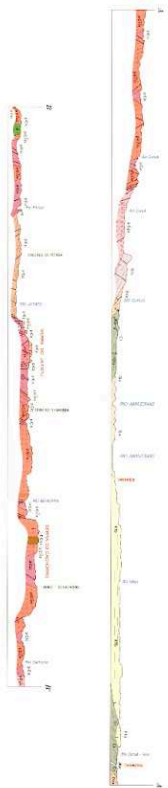
Este mapa geológico foi elaborado com base em dados geológicos, geofísicos e geotécnicos, com o objetivo de identificar e classificar os recursos naturais da região. O mapa foi elaborado em escala de 1:100.000, com base em dados geológicos, geofísicos e geotécnicos.



Este mapa geológico foi elaborado com base em dados geológicos, geofísicos e geotécnicos, com o objetivo de identificar e classificar os recursos naturais da região. O mapa foi elaborado em escala de 1:100.000, com base em dados geológicos, geofísicos e geotécnicos.

LEGENDA

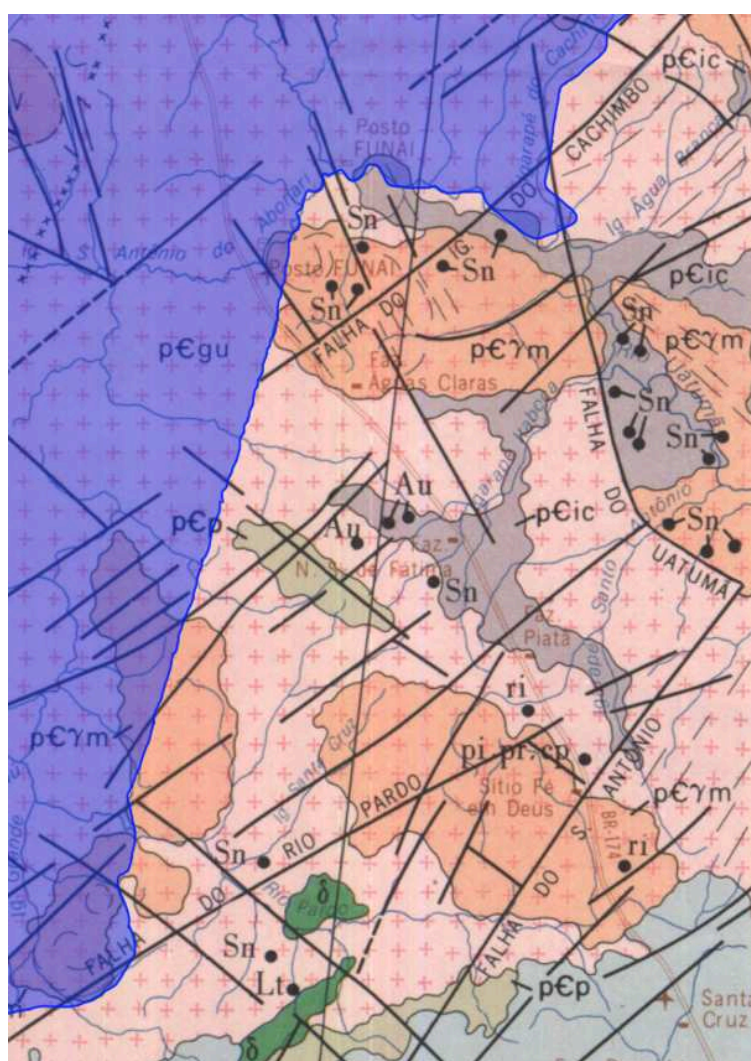
Cor	Descrição
Amarelo	Sedimentos Quaternários
Verde	Sedimentos Terciários
Vermelho	Sedimentos Paleozóicos
Azul	Água
Preto	Topografia



LEGENDA

Cor	Descrição
Amarelo	Sedimentos Quaternários
Verde	Sedimentos Terciários
Vermelho	Sedimentos Paleozóicos
Azul	Água
Preto	Topografia

Certo, realizada a demarcação das terras Waimiri Atroari vamos aprofundar nas riquezas que cercam o território. É importante atentarmos que os rastros de devastação não são circunscritos, mas sim expansivos, desta forma, a presença mineral de uma localidade geralmente atravessa suas fronteiras na ânsia da acumulação.

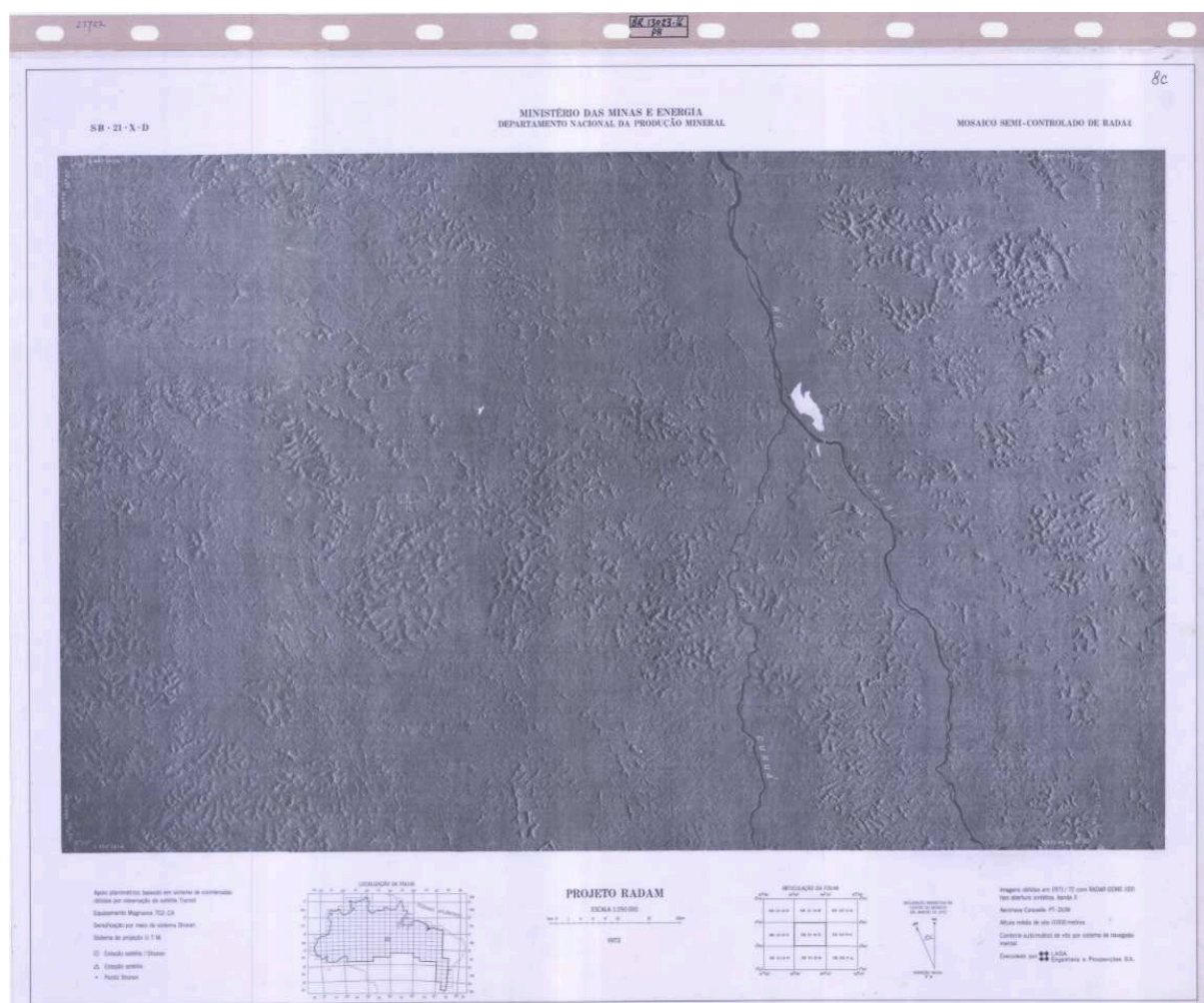


Vemos, nesta ampliação da fronteira entre a terra indígena e os limites do estudo realizado pela equipe de campo do Projeto RADAM, a presença de inúmeras ocorrências de: Ouro (Au), Estanho (Sn), Alumínio - na forma de laterito - (Lt), Riolito (ri) - rocha que pode contar gemas valiosas -, Pirita (pi), Pirrotita (pr) e Calcopirita (cp) - que podem, as três, estarem acompanhadas de outros minerais valiosos, especialmente em uma região aurífera como essa.

Percebi, analisando estes e alguns outros mapas geológicos do Projeto RADAM, que essa mineralogia abundante é presente, no contexto amazônico,

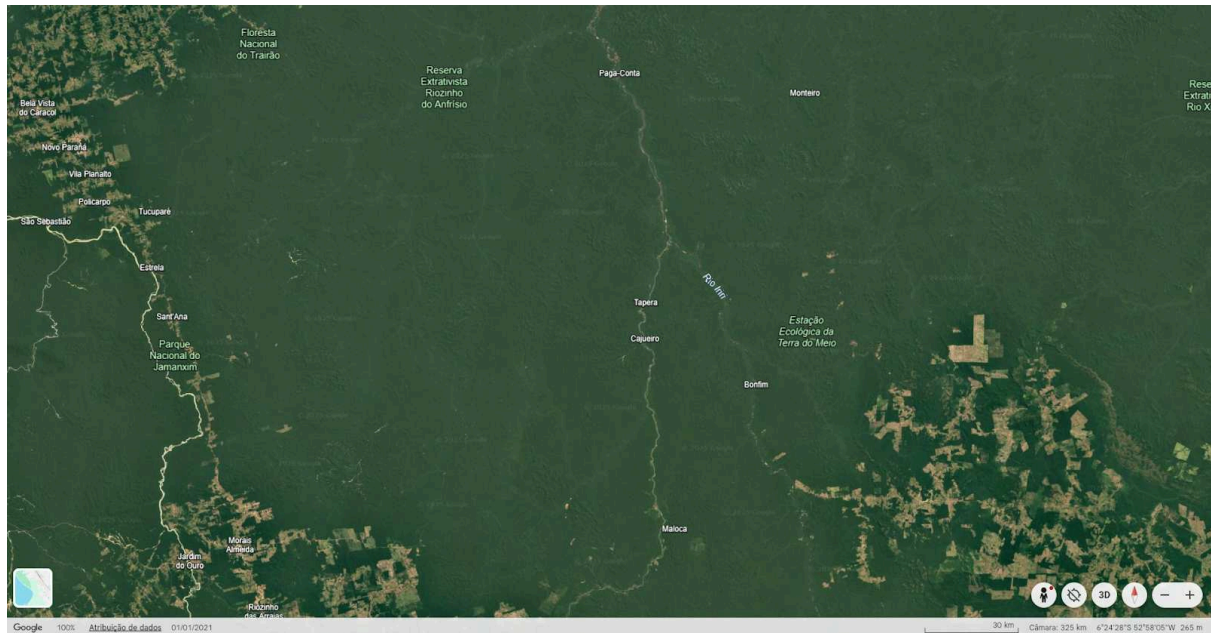
especialmente em formações pré-cambrianas como a do Grupo Uatumã, onde se encontra tanto essa região, quanto o território Waimiri Atroari em sua totalidade e dos outros povos que também deveriam aparecer nessas duas cartas (v. 10 e v.18), bem como na Mina Pitinga. Já adianto que, em duas outras regiões analisadas onde temos casos recorrentes de invasão de terras indígenas por conta da mineração, se tratam também de formações pré-cambrianas, nos Estados do Pará e do Amapá. Esta observação clama uma investigação geológica mais aprofundada, a qual não farei aqui.

POVOS QUE VIVEM À BEIRA DOS RIOS IRIRI, CURUÁ E TAPAJÓS



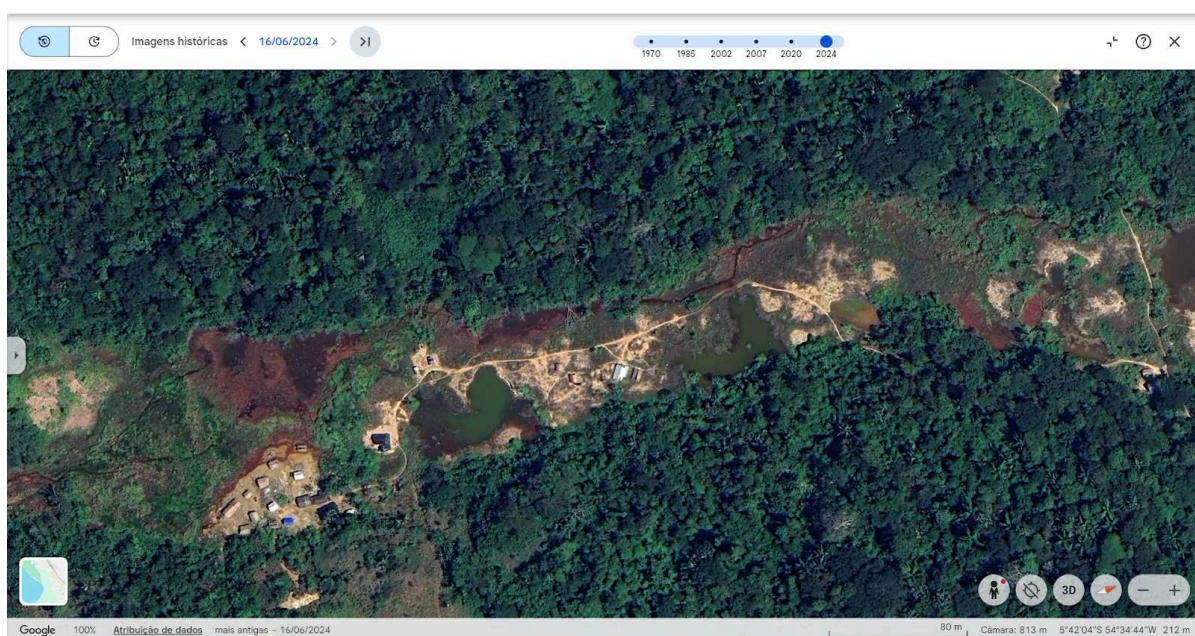
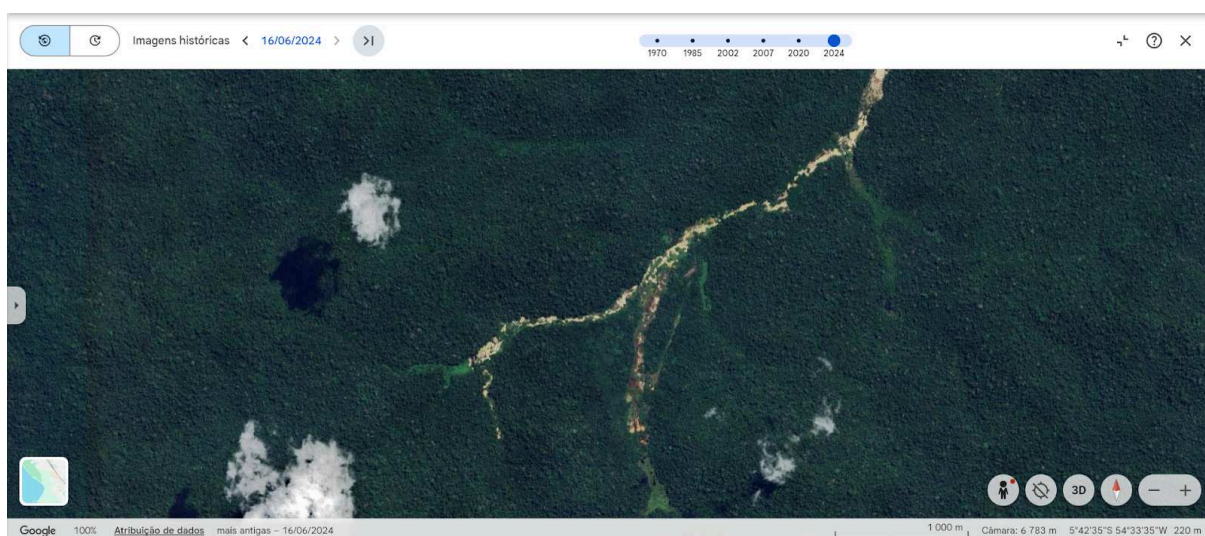
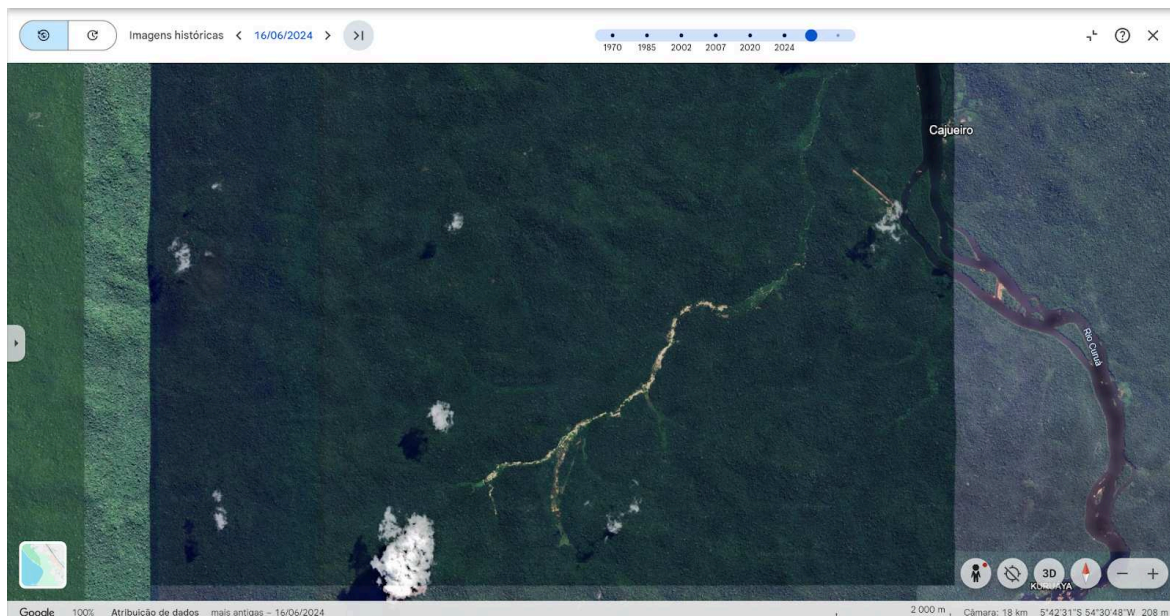
(Imagem obtida em 71/72 com RADAR GEMS 1000 tipo abertura sintética, banda X, Aeronave Caravelle-PT-DUW. Disponível em Acervo Armazém Memória: <https://app.docvirt.com/DocIndio/pageid/147289>)

Acima vemos a primeira imagem fotográfica dos povos que vivem à beira do rios Iriri e Curuá tirada dos céus, produzida para o Projeto RADAM. Na foto abaixo, a mesma região, no presente, em imagens de satélite do *Google Earth*, depois da chegada do “*desenvolvimentismo ocidental*”.



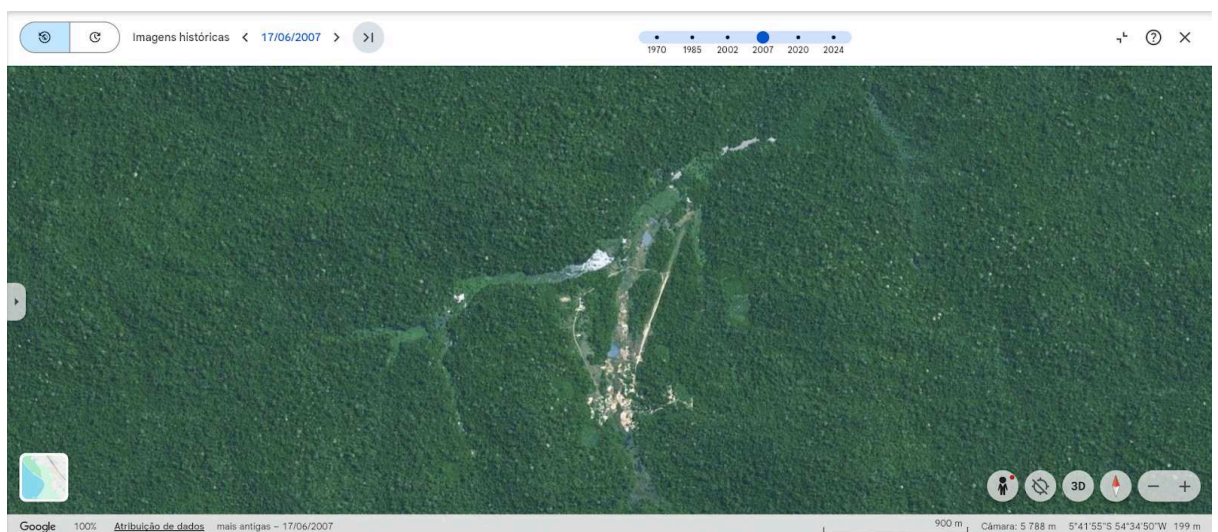
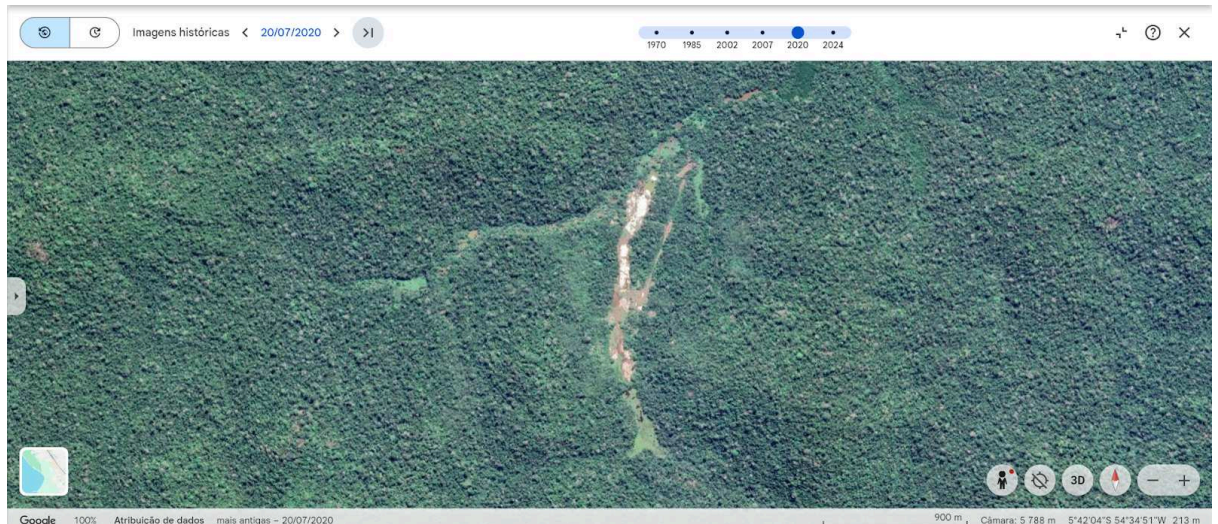
Uma das categorias que mais me interessa na geografia é a escala. Brincando com ela tento entender meu lugar no mundo. Aproximando e afastando acabo vendo como alguns povos não fazem questão de dizerem para a lua onde estão, enquanto outros, infelizmente, daqui a pouco serão vistos de Marte.

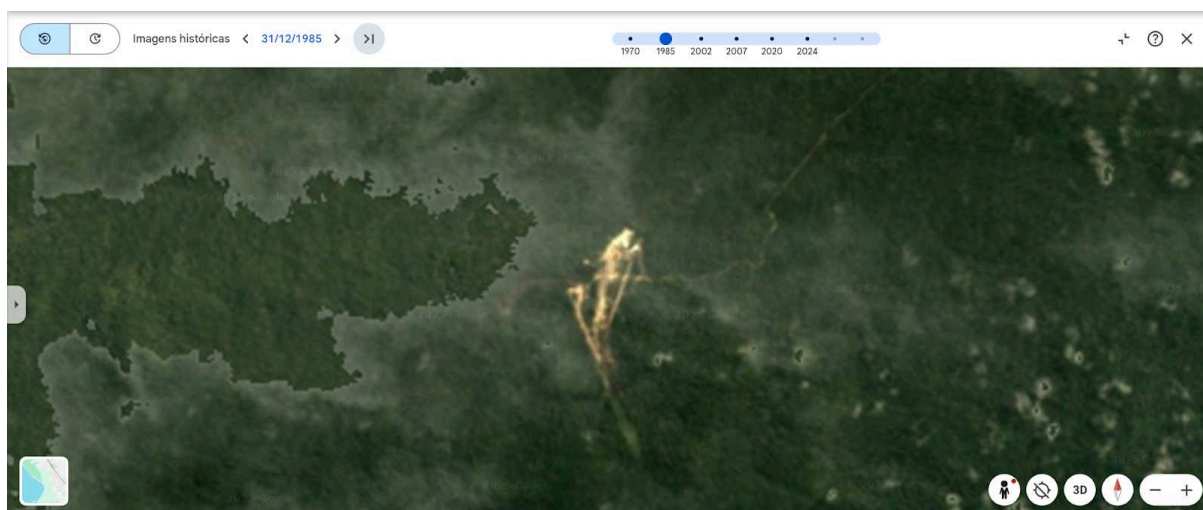
Na primeira imagem não é possível observar a presença humana além da constatação de que alguém haveria de estar tirando as fotos. Já na segunda, vemos estes formatos quadráticos que só as propriedades privadas possuem. Em ambas imagens temos a presença indígena, e isso a categoria escala me ensina: certas vezes, para vermos o que de fato importa, é preciso, aos poucos, chegar bem perto.



Essas feridas expostas levam muito tempo a cicatrizar, são garimpos, que já derrubaram as árvores, contaminaram os rios de mercúrio e seguem assassinando o ecossistema que estão invadindo.

Além da escala espacial, que nos permite ver os detalhes, como esta vila garimpeira, devemos atentar também a escala temporal. Estas imagens são de 2024. Vamos voltar no tempo.





Temos aí, respectivamente, 2020, 2007 e 1985.

Comparando 2024 com 2020 podemos ver como as condições ambientais pioraram nesse período, especialmente devido às políticas anti-indígenas do governo Bolsonaro.

Comparando 2020 com 2007, vemos que houve algum projeto de desintrusão da área em certo momento desse intervalo. Provavelmente em 2013, quando construíram as pistas de pouso da FUNAI nas aldeias indígenas, esse traço reto e comprido que é possível ver na imagem com menos zoom de 2024.

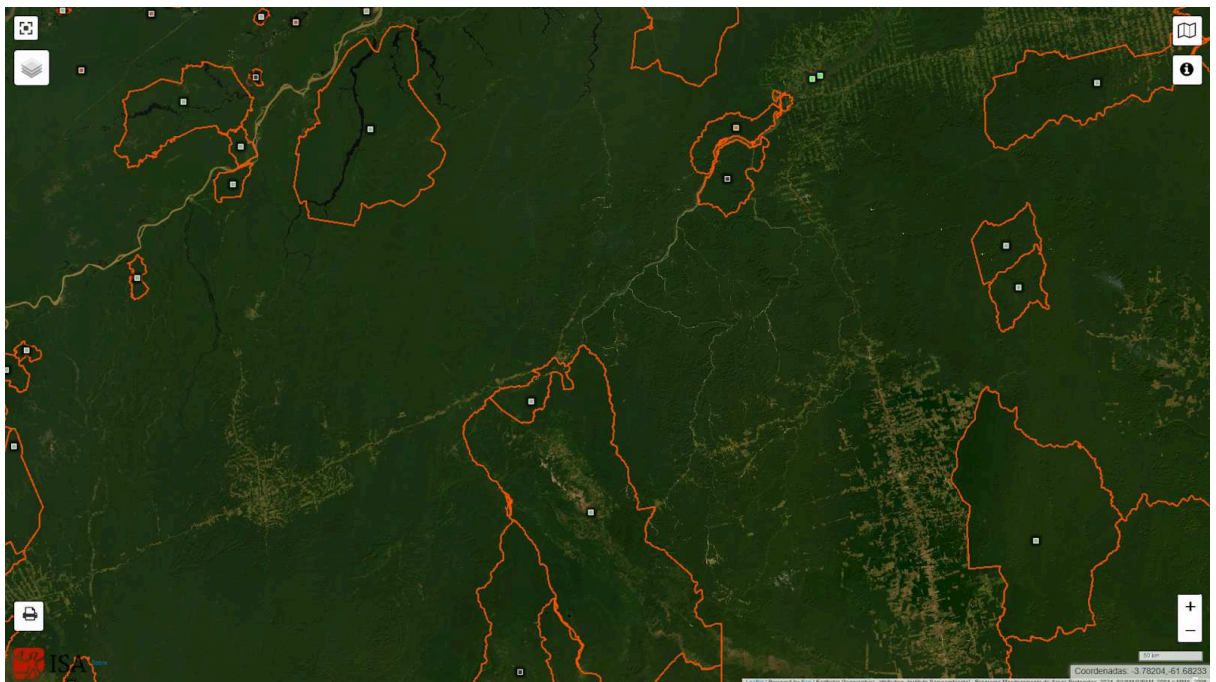
Trago especialmente 1985, mesmo que muito borrada a imagem, para mostrar o primeiro relato de garimpo nessa região, o estrago que a mineração produz é evidente até sem os detalhes das novas tecnologias.

Na carta que vamos trabalhar, temos a presença de muitos povos. Novamente, eles não aparecem nos relatórios e nos mapas dentro de sua pluralidade, temos apenas a constatação, no capítulo a respeito do uso potencial da terra, que recomenda a transformação da Reserva Florestal de Mundurucânia (criada em 1961) em um Parque Indígena devido a presença de 3000 indígenas apontada pelos responsáveis da *Missão São Francisco do Cururu*.

Fico me questionando o que levou estes técnicos do grupo de trabalho *V-Uso Potencial da Terra* a incluírem tal parecer no relatório. Mais que isso, o que levou aos outros quatro grupos de trabalho, diz-se *I-Geologia*, *II-Geomorfologia*, *III-Pedologia* e *IV-Vegetação*, a não reportarem a existência de indígenas. Também me pergunto se a proposta de criação de um Parque Indígena vem como

mecanismo de defesa ou, pelo contrário, como um ataque, pois “juntam-se todos em uma terra sem valor e problema resolvido, o resto exploramos”. Quer dizer, os próprios técnicos que propuseram isso deixaram claro que a região possui um *“baixo potencial madeireiro”*. Gostaria de pensar que, por se tratar, neste volume, do departamento com a maior quantidade de geógrafos, a ciência que tanto amo estava em defesa dos povos, mas acho que, apresentados os fatos, esta leitura seria irracional de minha parte.

O fato é que nos mapas oficiais do Projeto RADAM existem, apagados, os seguinte povos: Munduruku, Sateré Mawé, Arara, Xipaya, Apiaká, Kuruaya, isolados do Alto Tapajós, isolados Pu’rô, Kawaiwete, Mebengôkre e Mura. Como vemos as várias terras indígenas plotadas no mapa abaixo do Instituto Socioambiental.



(Mapa Terras Indígenas no Brasil - Instituto Socioambiental)

Para que possamos ver as ausências nos mapas oficiais, anexo aqui os mapas do volume 7 do Projeto RADAM, com enfoque, novamente, nos referentes ao uso potencial da terra e à geologia. Reforço o convite, para que o leitor procure nas cartas a presença indígena.

Após esta rápida constatação das ausências indígenas, vamos, antes de dar continuidade aos mapas, adentrar brevemente na história dos Kuruaya. Vemos aí um caso claro no âmbito judicial de como algo simples como a plotagem incorreta num mapa pode ser fonte de muito sofrimento na luta pela dignidade de um povo, em seus processos de defesa e manutenção do território.

“Nos anos 1980, os arquivos do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) mencionam as dificuldades enfrentadas pelos Kuruaya, entre os quais uma carta da instituição e do padre Ângelo Pansa reclamando a situação de pressão, agressão, invasão armada e risco de vida que estavam passando as famílias no rio Curuá, em razão da presença das empresas mineradoras: Espeng Minérios e Minerais LTDA, Brasinor Mineração e Comércio LTDA (garimpo Madalena). A Empresa mineradora Brasinor, citada no documento, dizia que possuíam na área infra-estrutura montada incluindo uma pista de pouso, portanto tinham certos direitos sobre o lugar. Outras empresas, como Andrade Gutierrez S/A, Mineradora Palanqueta, Minerador Southern Anaconda e Madalena Gold Corporation, também passaram a atuar nos anos seguintes. Os Kuruaya lembram da década de 1980 como o período em que o rio Curuá ficou infestado de empresas mineradoras, que poluíam com mercúrio seus meios de vida.

Para reverter esse quadro, nesse período retomaram as condições para a posse de suas terras e se empenharam na reorganização social e territorial. As terras localizadas à margem direita do rio Curuá passaram pelo processo de regularização fundiária em 1985, quando a Funai instituiu Grupo de Trabalho para a identificação e levantamento ocupacional, com o objetivo de definir os limites ocupados pelos Kuruaya e Xipaia, na época vivendo juntos. Nessa época, a área identificada e delimitada tinha uma superfície de aproximadamente 13.000 hectares. Em 1988, a área foi interditada pela portaria PP 148 de 09/02/88, devido aos desentendimentos causados pela presença da firma Brasinor na área indígena, havendo necessidade de garantir a vida e o bem estar dos índios. Em 1991, o Parecer nº 067 e a portaria nº 550/92 favoreceram a identificação feita em 1985, privilegiando a correção dos limites. O motivo foi a utilização de cartas do **RADAM** da década de 1970, que eram pouco precisas. Em seguida, com base em cartas mais atualizadas do IBGE e considerando a presença dos Xipaia, a superfície da terra foi ampliada para 19.450 hectares e perímetro aproximado de 95km.”

(Instituto Socioambiental³¹)

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho é traçar as conexões presentes entre a técnica científica e o esbulho da terra, e não recriar todos os mapas com todas as terras demarcadas, por mais que isso também seja uma proposta importante de revisão crítica da história, produzi, neste caso, uma sobreposição com algumas das terras indígenas presentes na carta, e as escolhi, justamente, por se tratarem de territórios em disputa com a mineração desde o mapeamento das jazidas até os dias de hoje. Realizei o recorte trabalhando, dentro dos povos que

³¹ Povos Indígenas no Brasil - Kuruaya - <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kuruaya>

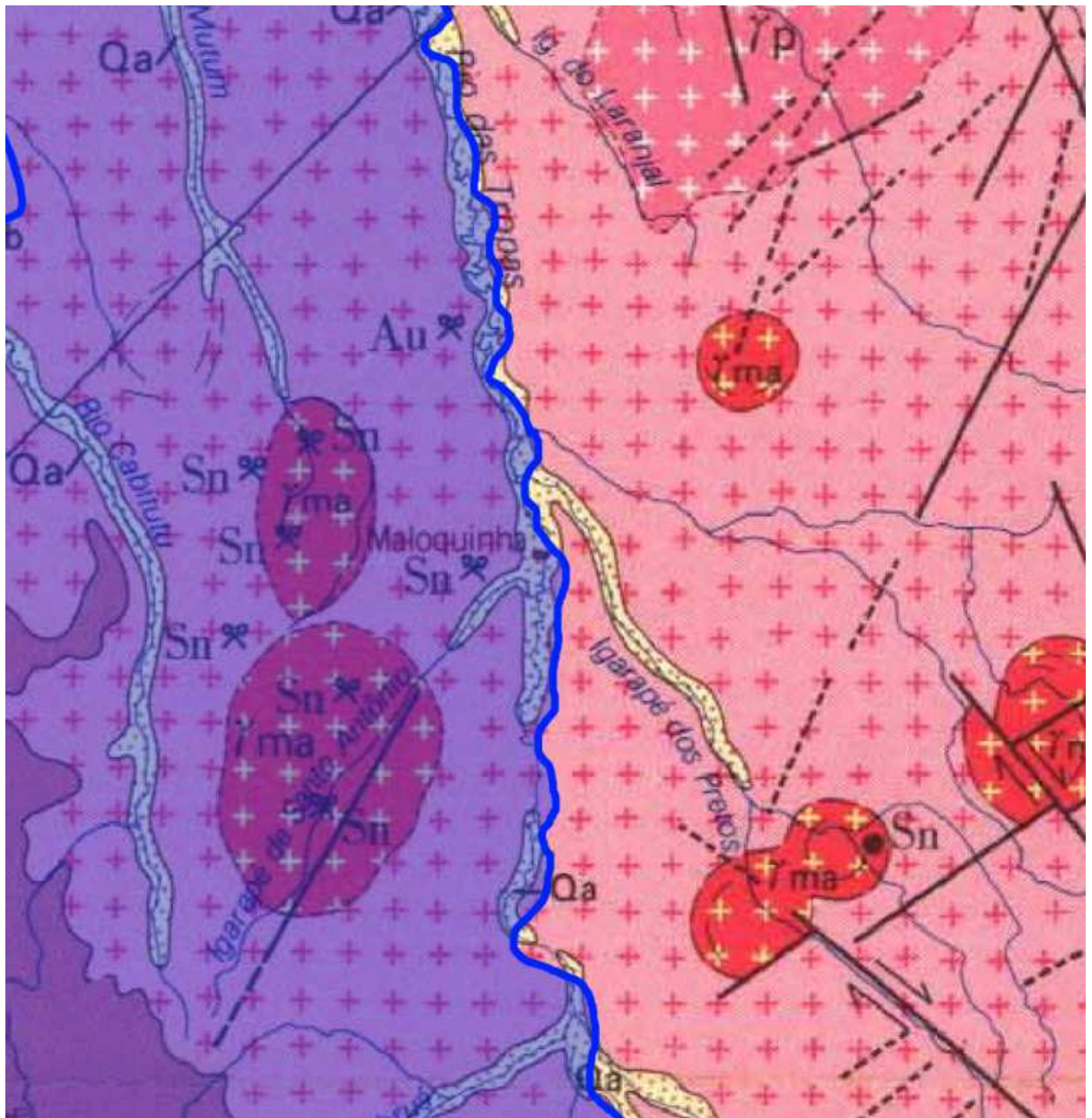
aparecem na carta e estão plotados na base de dados do Instituto Socioambiental, com todas as terras indígenas na margem leste do rio Tapajós, bem como em ambas as margens dos rios Iriri e Curuá, totalizando 8 terras indígenas e 9 povos, sendo eles: Munduruku, Arara, Kawaiwete, Kuruaya, Xipaya, Apiaká, Isolados do Alto Tapajós, Isolados Pu'ró e Mebengôkre.

Novamente vemos uma sobreposição das informações minerais sobre o mapa de *uso potencial da terra*, desta vez, ainda mais violenta: o mapa quase que em sua totalidade preenchido com linhas que indicam serem estas “*áreas mais promissoras a recursos minerais*”. As áreas marcadas como proteção ao ecossistema por imposição legal do código florestal mais parecem um enfeite, pois vemos em cima delas, também, marcações minerais que consequentemente resultaram no desmatamento e garimpo.

A presença dos inúmeros rios na região propõe um projeto de escoamento bem como acesso às várias áreas indicadas, e assim foram feitas inúmeras pistas de pouso e pequenos povoados em torno do garimpo, imagino que sejam regiões de trabalho sazonal, onde os trabalhadores passam meses morando no vilarejo enquanto trabalham, mas não pude comprovar essa constatação.

Já no mapa geológico, quando comparamos as marcações de ocorrências minerais, especialmente de ouro (Au) e estanho (Sn), com as imagens de satélite, o que vemos é quase uma totalidade de sobreposições entre os mapas do Projeto RADAM e o garimpo desde a década de 80 até os dias de hoje. Mais que isso, nestes mapas onde os técnicos entraram nas terras indígenas e mapearam, vemos a presença de garimpos dentro das áreas demarcadas e não apenas nas fronteiras, como é o caso da terra Munduruku, a TI na parte inferior esquerda marcada no mapa. Vejamos a devastação ao lado da aldeia:





(A mesma região do que a imagem de cima, com a ocorrência de inúmeros garimpos de ouro e estanho dentro da terra indígena)

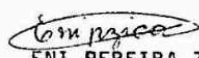
Outro ponto importante de trabalharmos aqui é a existência de muitos garimpos na região durante a produção dos mapas. A presença dessas marcações no mapa revela, para nós, uma importante questão: como o bandeirantismo moderno e a garimpagem já invadiam essas terras antes do Projeto RADAM? Qual a função dos mapas nesse caso? A resposta, de certo modo, tem a ver com o projeto de colonização. Na década de 70 o Pará era o Estado do Norte do país com maior população, além disso é um Estado que vai do mar à floresta amazônica. Os únicos Estados do país que possuem esse fator geográfico são o Pará e o Amapá,

ambos tiveram um processo precoce de instalação da garimpagem comparados ao restante da floresta Amazônica. Não busco bater o martelo nesta correlação, até porque esse estudo exigiria um aprofundamento muito maior nas especificidades de cada localidade, mas me parece firme o argumento referente ao tempo histórico da interiorização, mais que isso, o que pude constatar durante a pesquisa, é que tanto no Estado do Pará, quanto do Amapá, nas regiões que analisei dentro dos mapas do Projeto RADAM, o mapeamento chega, tanto para confirmar a prática de garimpagem, quanto para expandir a cobiça mineral para as grandes empresas nacionais e internacionais, intensificado a prática e consequentemente as violências estruturantes desse processo, como a criação de estradas, entre outras obras e planejamentos de grande estatura promovidos pelo regime empresarial-militar.

Não existia ingenuidade nesse processo, os povos estavam listados nos relatórios internos da FUNAI, e não mapeá-los era uma opção que resultou em inúmeras violências das quais a FUNAI tinha consciência, como apresenta a geógrafa Eni Pereira Zica, no relatório produzido a partir do convênio entre o Projeto RADAM e a FUNAI, criado para discutir os impactos da atividades econômicas propostas pelo Projeto RADAM após a consolidação das reservas minerais nos mapas que vimos anteriormente. Este relatório conclui da seguinte maneira:

A área requerida pela Mineradora, embora pela definição do território indígena (Comissão FUNAI/RADAM) apenas parcialmente esteja dentro desses limites (ou lotes que se encontram na margem direita do Bau e Curuá) abrange a área de maior concentração de castanhais explorados pelos índios do Bau - no Igarapé Bau e pelos índios (ver croqui nº 2). Concluindo acrescentamos que Mineradora é a primeira de muitas outras interferências prejudiciais que virão, sendo que a sua presença poderá até este momento ser impedida pela FUNAI. Mas que nada poderá fazer quanto a presença de outras entidades ou pessoas físicas (fazendas, posseiros, gateiros e outros) que venham a se instalar legalmente na faixa liberada pela Comissão FUNAI/RADAM e que é território indígena.

Brasília, 30 de agosto de 1976


ENI PEREIRA ZICA
Geógrafa

(Acervo Instituto Socioambiental³²)

³² Estudo de caso a partir dos dados da comissão FUNAI/RADAM
<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/MGD00085.pdf>

Este trecho é a confissão do que vimos anteriormente, o Projeto RADAM, mesmo não incluindo nestes relatórios públicos, realizou um mapeamento de alguns povos indígenas para o convênio com a FUNAI, que em troca, ajudava-os a entrar nas terras durante os trabalhos de campo. O povo Kuruaya, como já lemos no relato do ISA, teve seu mapeamento, feito pelo Projeto RADAM, equivocado em dezenas de quilômetros, o que acarretou em consequências graves para a população. Mais que isso, a constatação de que era sabido o fato de que assim que os dados minerais fossem publicados não seria possível impedir a entrada das mineradoras e garimpos dentro de terras indígenas em faixas liberadas pela própria comissão RADAM/FUNAI, independente das consequências que estas práticas causassem aos povos, por que foram criadas faixas liberadas dentro das terras indígenas? Agora, se a parceria era clara em documentos da FUNAI, e muitos destes ainda estão escondidos no acervo da entidade, por que não se faz presente, de forma mais sincera, os trabalhos que o Projeto RADAM executou no mapeamento de povos indígenas, bem como as consequências desses pareceres que não são meramente técnicos, como vimos, mas expressamente políticos e econômicos?

Da dívida histórica à reparação: por uma geografia anti-etnocida - Parte

3, Considerações Finais

1. A historicidade dos traumas

“Em 72 chegou uma equipe grande de pessoal. Geólogos. Botânicos. Tinha um pouco de tudo para fazer a pesquisa. Chegaram lá. Ficaram acampados. Trouxeram tendas, coisas assim para se acampar. Ficaram lá uns 8 ou 10 dias ou mais, não sei. E com helicóptero. E o helicóptero levava eles para cá, para lá. Tinha peões, mateiros, que desciam do helicóptero com rapel, não é? Abriam a clareira e o helicóptero pousava e deixava lá os geólogos. Os vários especialistas.” - Carlo Zacchini, Missionário da Consolata, que viveu sua vida junto aos Yanomami

Um documento oficial³³, produzido pela FUNAI em 88, trabalhando a definição dos limites e declaração da ocupação indígena Yanomami, no tópico I, chamado de Consenso Histórico (ou seja, a visão dada como história única no relato das próprias instituições anti-indígenas), afirma da seguinte maneira:

“A partir da década de 70 os Yanomami começam a sofrer a investida da civilização sobre seu território, o que lhes trará consequências funestas e desagregadoras. Se até 1973 os contatos tinham sido esporádicos - expedições científicas, comissões de limites, missionários, FAB, frentes extrativistas -, a partir da abertura da BR-210 Manaus-Caracarái (1974) e

³³ Disponível no Armazém Memória - https://app.docvirt.com/BMN_ArquivoNacional/pageid/73659

da divulgação dos resultados do Projeto RADAM (1975-76) deu-se início a uma verdadeira corrida rumo àquelas paragens. Principalmente garimpeiros.”

Voltamos à omissão, à consciência dos crimes e à irresponsabilidade conivente da FUNAI nesse processo. Mas um fato que não me passou batido foram as datas trabalhadas pela FUNAI nesse parágrafo. Daí temos algumas perguntas: se o Projeto RADAM publica seus volumes sobre a região Yanomami em 75, quando começaram a realizar as pesquisas? A BR-210 é de 1974, como se deu o acesso da equipe do Projeto RADAM ao território Yanomami? O parágrafo finaliza na constatação dos garimpeiros como principais atores naquele momento, como os garimpeiros já tinham o conhecimento mineralógico dessa região? Quem estava nas expedições científicas que aconteceram até 1973?

(Sequência da fala anterior de Carlo Zacchini sobre a equipe do Projeto RADAM presente no território Yanomami em 1972): “O botânico calculava uma parcela, um traço de... Faziam uma picada e marcavam uma largura, não sei, 10 metros, não lembro mais quanto era. E contavam todas as árvores de certo diâmetro que tinha dentro desse trecho para poder calcular o valor econômico da madeira. E tinha outro que fazia o inventário de que tipo de madeira era. Essas coisas. E tinha outro que tirava um pedaço de... Amostra de solo. E provavelmente aí no meio tinha garimpeiros que estavam lá. E perceberam, não aí onde eu estava, mas em outro lugar, no Surucucu, com facilidade, a cassiterita, que tinha muita cassiterita lá em certos cursos de água naquela região.

E, de fato, eu... Depois eu vi também, teve um geólogo amigo que uma vez foi lá e mostrou. Simples, era muito simples você pegar um prato qualquer, colocava dentro um pouco de areia que tinha no riacho lá e fazia um pouco assim (gesto de peneirar). Então ficava imediatamente só uma coisa preta no fundo. Era a cassiterita, eu não sabia. Mas o geólogo me explicou. E no meio da cassiterita tinha ouro. Não dava pra ver assim, precisava fazer mais, ter uma quantidade maior e depois precisava ter o mercúrio pra capturar o ouro, pra separar da cassiterita.

Aí que é a contaminação lá. Então agora todos os rios lá estão contaminados (de mercúrio). E não é só os rios. - Carlo Zacchini

Vemos então, nos relatos de Carlo, a presença de garimpeiros nas expedições do Projeto RADAM, o que explica algumas das perguntas que coloquei anteriormente. A Serra do Surucucu estava dominada, o conflito correndo solto e as consequências para a vida e saúde do povo Yanomami eram devastadoras como veremos logo adiante em outros relatos de Carlo. Para aprofundar nisso vamos passar rapidamente por um documento oficial assinado pelo próprio Ismarth de

Araújo Oliveira (presidente da FUNAI) em 1976, sobre a situação do garimpo nesta região aqui trabalhada³⁴.

Primeiro a constatação da pista de pouso criada pelo Projeto RADAM sendo utilizada como transporte pelos garimpeiros após a partida da equipe técnica. Em seguida, o que ao meu ver, se faz mais gritante na organização estrutural destes crimes: a constatação de como uma empresa mineradora era responsável pelo garimpo ilegal, terceirizando as violências dentro da franja pioneira no processo de expansão do capitalismo sobre as terras indígenas.

A penetração dos garimpeiros, nesta região, recebeu um maior impulso, quando a firma (MINERAÇÃO ALÉM EQUADOR LTDA.) começou a financiar a ida, digo, a entrada de pessoas no garimpo. Fomos informados que a citada firma, se diz dona e única, mineradora que pode operar na região de Surucucú. Afirmam ainda, que a ALÉM EQUADOR, é a única firma mineradora que pode comprar o minério dos garimpeiros, sabotando desta forma, toda a entrada de pessoas nesse garimpo, inclusive soltando boatos de que a FUNAI, nada tem a ver com aquelas terras, conforme INFORMES por nós recebidos.

CONFIDENCIAL

Intercalando aos documentos oficiais, temos, nos relatos de Carlo, uma sequência de violências que assombram o povo Yanomami. Já adianto que são inúmeros outros casos que não citarei aqui, bem como os que ele mesmo não citou em nossa conversa pelas poucas horas que passamos juntos não caberem tantas tristezas. Optei, a partir do escopo deste trabalho, destacar dois grandes momentos da entrevista, onde podemos ver, claramente, como o desenvolvimentismo privado e público operavam ambos no campo do precário, explicitando como o projeto expansionista nunca fez questão de ser grandioso como nas propagandas, mas sim, brutalmente deteriorado nos interiores que não alcançaram visibilidade, nas vidas dadas como insignificantes, seja de indígenas ou de peões realizando trabalhos análogos à escravidão no sistema de dívidas, como os garimpeiros da empresa Além Equador ou os homens que construíram as estradas. A FUNAI também

³⁴ Disponível no Acervo do Armazém Memória - https://app.docvirt.com/BMN_ArquivoNacional/pageid/303992

despreparada, com inúmeros enfermeiros sem nenhuma formação, e indigenistas que na prática eram apenas mateiros.

SOBRE A FUNAI

“Sabe, a minha conclusão foi que os Yanomami morriam porque o pessoal da FUNAI ia lá e levava epidemias e não levava vacinas, não tratava, as pessoas eram despreparadas nesse campo. Então, era um massacre. As pessoas que estavam perto dos postos da FUNAI desapareciam. Sobraram poucos. Era um posto de extermínio praticamente.” - Carlo Zacquini

“Teve um posto em que um cara lá, chefe de posto, matou com um tiro um Yanomami, porque ficou com medo. Isso na perimetral. Outro matou dois Yanomamis em outro posto e baleou um, parece, ou dois, não sei mais, por causa de uma menina Yanomami. Estavam reclamando com ele que ele estava dando em cima dela e pronto. Aí atirou. Ele foi absolvido. O advogado da FUNAI defendeu ele. Depois, quando eu ia na FUNAI lá pra algumas coisas, quase sempre que eu chegava lá, ele que me recebia na porta, sempre que eu ia ele estava lá sem fazer nada. Eu não sei. Depois disso parei de ir à FUNAI.” - Carlo Zacquini

SOBRE A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA

“Foi uma coisa terrível. Essa era a primeira coisa, a chegada desse pessoal despreparado. O primeiro grupo que chegou era um grupinho de umas 15 pessoas, talvez, com um engenheiro que fazia o traçado da estrada. Um belo dia aparece lá essa equipe toda rasgada, com feridas, com leishmaniose, porque eram não sei quantas semanas que estavam andando no mato e fazendo esse traçado. Enfiavam uns pauzinhos no chão. Tinha alguém que fazia picada. E marcava e enfiava a cada não sei quantos metros um desses pauzinhos com a ponta pintada de vermelho. Então tinha gente que caçava, que cozinhava, que cortava o mato, que fazia as medições e tal. Depois começaram a chegar os peões com machado. Quase todos com espingardas. Cada um ou cada dois ou três faziam um tanto de metros de desmatamento à mão, no facão. Tinha um “gato” (recrutador de trabalhadores em condição análoga à escravidão) que ia atrás dessas pessoas. Eu acho que era uma subempreiteira ou subempreiteiro do subempreiteiro. Os militares pagavam, mas a empresa contratada era a Camargo Corrêa. Mas a Camargo Corrêa subcontratou outros que faziam essas coisas para fazer mais econômico e ganhar mais. Inclusive, vários deles morreram. Um deles ficou esmagado não muito longe de onde a gente estava. Trouxeram o corpo dele lá porque caiu uma árvore em cima. E a empresa nem veio buscar o corpo, acabamos enterrando ele lá. Mas, no fim, eles acabaram utilizando também os indígenas em troca de um prato de arroz ou de outras coisas para fazer uma série de coisas. Teve aldeia que quando chegou as máquinas e os primeiros trabalhadores, (os indígenas) foram acompanhando eles em troca de um prato de arroz ou de outra coisa. Trabalhando lá. Eles

pagavam calção, pagavam uma panela. Painelas que eram arrebetadas. Eu nunca vi coisas tão arrebetadas assim. Coisa que você podia juntar no lixo em outro lugar, numa lata. Eles faziam as coisas. E teve os que acabaram não plantando mais arroz. Iam lá pedindo comida em troca de alguma coisa. E quando a estrada foi embora, a empresa foi embora, passaram uma fome desgraçada. Não tinha mais a plantação. Voltaram a fazer caçadas meses no mato, andando, caçando, recolhendo frutas. Devagar eles foram fazendo ainda arroz, mas demorou um bom tempo.” - Carlo Zacquini

Essas falas são potentes para vermos como o projeto desenvolvimentista que estamos encarando neste trabalho é uma máquina de traumas; por onde passa resulta apenas na escassez e nas exportações do que há de riqueza, mesmo que insignificante para outros povos, em detrimento das riquezas de fato significantes como os direitos à vida, à natureza, à cultura e ao território. É a maior miséria humana em um projeto que promete um futuro glorioso.

Os relatos de Carlo sobre os Yanomami vêm de alguém que atravessou os tempos e se manteve vivo. Tantos outros relatos se apagaram, ou ficaram, nos escombros da história, vestígios escondidos, apenas à espera de julgamentos. O povo Yanomami, como presenciamos há poucos anos, seguia famélico durante o governo Bolsonaro, a situação melhorou um pouco no governo Lula, mas o garimpo segue invadindo, assassinando e envenenando. Não quero expor estes corpos, por isso trago outra foto, onde não é possível ver as costelas de uma criança à beira do abismo, mas os sonhos de um povo diante da “*queda do céu*”, como bem representa Cláudia Andujar³⁵.

³⁵ Acervo MAM - <https://mam.org.br/exposicao/sonhos-yanomami/>



O QUE PODE CAIR ALÉM DO CÉU?

“Então pegamos o rio Abonari e andamos mais umas 2h e pouco de voadeira, até que a gente chegou num território que, o que me chamou a atenção quando eu vi o que eu vi, o que me chamou a atenção, é que havia uma certa devastação pelo alto. Não era uma devastação de queimada, que vem debaixo, e eu não sabia o que era aquilo, nunca tinha visto aquilo antes. Eu pensei, na minha ignorância, que talvez fosse um tipo de resultado da seca que dá, porque a região tem uma parte do ano que não chove. Então eu achei que era isso, não era. Porque quando a gente pegou um igapózinho para chegar até a aldeia, que aí o rio estreita, eu vi que tinha uma coisa não natural boiando, era assim, um... Não era bem um tubo, mas parecia, porque era metade, que era de napalm. E eu vi a marca, eu não sabia o que era napalm, eu conhecia a marca de um dos fabricantes de napalm, era Tordon. Eu vi que tinha Tordon, aí eu digo, espera aí, napalm... Aí eu digo, encosta mais naquilo ali, vai mais devagar, tira o motor, eu quero pegar aquele caco ali, era um caco. Peguei e botei na minha mochila e vim-me embora, não troquei uma palavra sobre o que eu achei, porque em 1974 a gente já sabia que eles tinham usado napalm no Vale do Ribeira, na Guerrilha do Araguaia, e nos Nhambiquaras”. (Memélia Moreira, Jornalista, depoimento à Comissão

Estadual da Verdade Rubens Paiva -São Paulo, 2014. Disponível no Acervo do Armazém Memória em: <https://app.docvirt.com/comissaoverdade/pageid/46605>³⁶)



(Maloca Waimiri Atroari em chamas - Imagens do capítulo do documentário AmazôniAdentro de Edilson Martins que aborda também a guerra contra os Waimiri Atroari durante a construção da BR-174,TV Brasil, 2015.³⁷)

Assim foram obtidas as primeiras notícias, contadas pelas próprias testemunhas, sobre o desaparecimento de mais de 2000 Waimiri Atroari em apenas 10 anos. Mediante desenhos e as primeiras letras, eles revelaram o método e as armas que os kamña (não indígenas) usaram para dizimá-los: aviões, helicópteros, bombas, metralhadoras, fios elétricos e estranhas doenças. Comunidades inteiras desapareceram depois que helicópteros de soldados sobrevoaram ou pousaram em suas aldeias.

- Foi assim tipo bomba, lá na aldeia. O índio que estava na aldeia não escapou ninguém. Ele veio no avião e de repente esquentou tudinho, aí morreu muita gente. Foi muita maldade na construção da BR-174. Aí veio muita gente e pessoal armado, assim, pessoal do Exército, isso eu vi. Eu sei que me lembro bem assim, tinha um avião assim um pouco de folha, assim, desenho de folha, assim, um pouco vermelho por baixo, só isso. Passou isso aí, morria rapidinho pessoa. Desse aí que nós via. (Viana Womé Atroari)”

³⁶ Disponível no youtube - https://www.youtube.com/watch?v=FN_fiMP8rpU

³⁷ Povos Indígenas e Ditadura Militar -

https://idejust.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/12/povos-indc3adgenas-e-ditadura-militar-rela-tc3b3rio-parcial-30_11_2012.pdf

População Waimiri Atroari ao longo dos anos:

Ano	População	Fonte
1905	6.000	HÜBNER, Georg e KOCH-GRUNBERG, Theodor
1968	3.000	CALLERI, João Giovanni (Pe.) – FUNAI.
1972	3.000	FUNAI.
1974	600/1.000	COSTA, Gilberto Pinto Figueiredo – FUNAI.
1982	571	CRAVEIRO, Giusepe – FUNAI.
1983	350	FUNAI.
1983	332	BAINES, Stephen Grant – Museu Emilio Goeldi.
1987	420	SILVA, Marcio – UNICAMP.
1991	505	Programa Waimiri-Atroari - ELETRONORTE .
2011	1515	Programa Waimiri-Atroari – ELETROBRAS.

(Trechos e gráfico do 1º Relatório do Comitê da Verdade do Amazonas - O GENOCÍDIO DO POVO WAIMIRI ATROARI - 2012³⁸)

Em que lugar na linha do tempo da história se encontram esses crimes? Podemos conceber uma ideia de passado? Nos últimos dados do IBGE, coletados em 2022, o povo Waimiri Atroari possuía uma população de 2200 indígenas em seu território. Quase 50 anos após o genocídio que estamos tratando aqui e a população não se recuperou numericamente. Na questão dos traumas, quantas gerações sofrem no presente com os crimes cometidos no passado? São seus avós? Seus pais? Seus filhos que nunca nasceram ou seus netos que ainda estão por vir? Tudo isso depende dos processos de reparação, mas diante da dura certeza de que nada irá reparar integralmente o etnocídio.

³⁸ 1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade - https://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/r_cv_am_waimiri_atroari.pdf

2. Os mapas do futuro

É preciso contar as histórias antes que sejam esquecidas, disputar as narrativas e escutar os gritos de vozes caladas, é preciso ouvir o silêncio assombroso. Confrontar a barbárie e suas técnicas, entender que é dessas técnicas que nasce nossa sociedade. Só aí perguntar-se, novamente, da construção dos sentidos, da reprodução da vida. Do ato de guardar e contar histórias tão violentas, provas da perversidade do próprio Estado. Seriam esses documentos: um troféu à mostra para assustar o inimigo que é seu próprio povo, uma burocracia padrão e obsoleta para constatar a passagem do tempo, ou a técnica sem a qual não seria possível realizar esses crimes?

Nos percursos que este trabalho se propôs a caminhar, chegamos em algumas sobreposições, entre elas destaco duas: a sobreposição da técnica geográfica, a partir dos mapas, onde pudemos ver a relação entre as metodologias de trabalho utilizadas naquele contexto, com algumas consequências objetivas no genocídio dos povos indígenas, e a sobreposição da memória nacional, no instante em que, usando as lentes da atualidade, trabalhamos uma narrativa do passado com a consciência de que estamos também disputando o presente, seja no imaginário, seja nas políticas públicas.

O passado não se cala, pelo contrário, é ele que planta o futuro com as mãos do presente, exatamente como nas urnas funerárias encontradas dentro de imensas árvores amazônicas³⁹. Essas árvores existem a partir da lembrança do passado, de alguém querido sendo plantado pelo presente de outro alguém, para que os futuros, por enquanto conhecidos, pudessem ver seus afetos, até que um futuro, ainda desconhecido, eventualmente os esqueça.

É responsabilidade do Estado respeitar e garantir que o movimento de lembrança e esquecimento seja da autonomia de cada povo, e não uma força violenta de políticas expansionistas e gananciosas ou reflexo de traumas e propagandas ideológicas que visam a constituição de uma história única a partir do apagamento sistêmico. A soberania de um Estado vem junto com a soberania de seus povos, e isso não é possível diante das desigualdades sócio-econômicas e territoriais que o capitalismo nos impõe a cada dia de forma mais violenta.

³⁹ Queda de árvore revela urnas funerárias com ossos humanos de milhares de anos no Amazonas - <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/06/14/urnas-funerarias-milenares-e-ossos-humanos-sao-encontrados-em-ilha-artificial-construida-por-indigenas-no-am.ghml>

Entender a historicidade desses processos é o que permite tirarmos eles do imaginário intocável que constitui nossa nação, trazendo-os ao confronto direto. Assim percebemos que é justamente a partir do esquecimento forçado que se garante a manutenção desses poderes Estatais e empresariais que se auto proclamam hegemônicos e universais.

Um exemplo prático do que estamos tratando aqui é a luta dos povos indígenas contra o *Marco Temporal*, que passa justamente pelo resgate histórico, além, claro, da pressão política e popular. A perversidade na tese aparece a partir do apagamento, pois se reconhecermos a Constituição como marco histórico acabamos escondendo todas as violências cometidas contras os povos nos períodos que antecederam tal marco e resultaram no esbulho territorial a partir de práticas genocidas, especialmente no período de 1964 a 1988, como vimos ao longo deste trabalho.

Dentre os problemas que o movimento indígena enfrenta nesta luta, temos a frequente acusação da falta de provas que possam comprovar a propriedade da terra. Propriedade. O sistema jurídico é baseado em papéis e documentos oficiais. Como reconhecer a soberania dos povos enquanto a produção dos documentos oficiais é feita pelo Estado maior, onde a entrada é proibida ao povo? Nenhum indígena fez parte do Projeto RADAM, e as várias instituições e empresas que citamos aqui eram todas chefiadas por militares ou pela burguesia nacional e internacional. Quem domina o poder sobre a técnica pode fazer dela fonte de paz ou de guerra, de violência ou justiça. A ausência de provas de que os indígenas estavam na terra ocorre justamente porque estes atores sociais, representantes da ditadura empresarial-militar, nunca quiseram reconhecer o mapeamento dos diferentes povos em seus territórios, como vimos na análise das cartas do Projeto RADAM, bem como nos vários documentos confidenciais da FUNAI e do Ministério de Minas e Energia.

Como resultado temos que fazer um trabalho quase investigativo, questionando detalhadamente os documentos, e contrapondo-os com outros relatos até encontrarmos as falhas, pois é nelas que moram as verdades escondidas. É muito curioso, pois vivemos num tempo em que as palavras de uma pessoa contando uma história podem ser mais verdadeiras do que a versão de um Estado inteiro, como provam os depoimentos das diferentes comissões da verdade que tomaram espaço nesse país, e que levaram a investigações profundas a partir da

escuta ativa de vozes caladas, mostrando quanto esforço e espaço é preciso para reescrever uma história, mesmo que parcialmente, como no caso indígena, até hoje pouco apurado.

Esta pesquisa, que apenas tange os temas e documentos, me traz um grande aprendizado sobre as capacidades e incapacidades de um sujeito. Da mesma forma que pude analisar mapas, e utilizar de minha geografia para questionar técnicas e propor novas narrativas a partir de velhos documentos, também me vi um tanto pequeno, navegando por milhares de páginas, sabendo que estas tratam de uma porcentagem ínfima de nossa memória nacional e que sou incapaz de olhar todas elas. Uma bela conclusão que tiro desse sentimento é a certeza de que a história passada é construída a partir de um resgate coletivo, tal como o calor que sentimos no meio da multidão, que é justamente o que faz a história do presente se movimentar, tremendo o chão “*Cuando los Pies Besan el Piso*”⁴⁰.

Mais que isso, essa pesquisa aponta a necessidade de uma revisão bibliográfica da geografia e de suas técnicas com um olhar atento aos povos indígenas, que tantas vezes estão presentes nas entrelinhas, podendo ser vistos apenas a partir de sobreposições capazes de preencher os falsos vazios. O IBGE deveria revisitar todos os mapas do Projeto RADAM com este escopo, tendo em vista que até hoje muitas terras indígenas foram delimitadas a partir dessa base cartográfica, que se apresentou tendenciosa nesta questão. Esse estudo, vinculado à luta política, pode ativamente melhorar a vida de alguns povos indígenas ao comprovar o esbulho da terra e garantir uma proteção legal maior contra a tese do Marco Temporal, bem como novas delimitações mais justas como em tantas terras que foram invadidas pelas beiradas por falta de delimitações precisas, como no caso do Povo Kuruaya.

Outro ponto importante de se ressaltar é o direito ao retorno, e comprovar a presença indígena nesses e em outros mapas da época, junto com documentos e relatos orais dos próprios povos, também serão ferramentas essenciais nesse processo de construção da verdade. Retorno digno em um território restaurado.

Todas essas questões trabalhadas aqui apenas reforçam a importância do Estado, disposto a reconhecer seus crimes, constituir uma Comissão Nacional

⁴⁰ Cuando los Pies Besan el Piso - Calle 13 - <https://www.youtube.com/watch?v=F0naf0cThd4>

Indígena da Verdade, sem medir esforços para confrontar e se responsabilizar por estas perversidades. Os traumas não resolvidos são esquecidos apenas por quem não vivenciou esses processos históricos. Para quem estava lá, em vida ou em memória comunitária, eles se repetem a cada dia, a cada geração, e por isso os diferentes povos indígenas, dentro de suas pluralidades e processos únicos, exigem justiça histórica.

Por fim, a partir dessa compreensão vinda das bases e não dos topos, entendo o lugar que, ao meu ver, a geografia deve tomar, buscando um esforço ativo para democratizar o acesso a suas técnicas, tendo em vista que o monopólio destas por parte do Estado maior e das grandes empresas já se provou sinônimo de devastação ambiental e etnocídio. O problema da geografia não está nela mesma, mas em quem a vende e quem a compra; a prova disso são as várias geografias autônomas que vemos serem criadas em contraposição. Os diferentes povos, indígenas ou não, mas certamente populares, devem ter o direito de se apropriar das técnicas geográficas como bem quiserem, recriando nossas categorias e conceitos para novos significados e significantes, capazes de compor um futuro, que seja utópico ou não, mas plural e possível de se viver.

A instituição em que estudo ainda não foi capaz de garantir o acesso amplo e a permanência dos diferentes povos em seus cursos, como a partir de um vestibular indígena, já visto em outras universidades do país. Mesmo assim, reforço que a técnica geográfica também tem muito a aprender com os povos indígenas, e agradeço a eles por me ensinarem sobre a pluralidade e a autonomia contidas na categoria território, que hoje dá sentido a minha geografia.

Dessa forma optei por terminarmos com um mapa, produzido pelo povo Huni Kuin, do Acre, para organizar os trabalhos da aldeia novo futuro; na legenda vemos os rios, a floresta nativa, a agrofloresta, as malocas, a escola e tantas outras territorialidades. Como vemos no mapa, são muitos os caminhos que levam ao sul.

Referências

Livros:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

CLASTRES, Pierre. Sociedade contra o Estado. São Paulo: Ubu, 2018.

COUTO E SILVA, Golbery. Geopolítica do Brasil. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1967. Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1981b.

DAVIS, Shelton H. Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GÓES, Eduardo. Sob os tempos do equinócio: Oito mil anos de história na Amazônia central. São Paulo: Ubu, 2024.

JURUNA, Mário; HOHLFELDT, Antonio; HOFFMANN, Odair. O gravador do Juruna. São Paulo: Brasiliense, 1982.

POVINELLI, Elizabeth A. Catástrofe ancestral. São Paulo: Ubu, 2024.

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

Volumes do Projeto RADAM: 4,5,6,7,8,9,10,17 e 18

Teses e artigos:

CARVALHO, Maria Lucia Brant de. Das terras dos índios a índios sem terras: o Estado e os Guarani do Oco'y - violência, silêncio e luta. 2013. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-17022014-105114/>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ALKMIN, Fabio Márcio. Rios vazantes: autonomias indígenas e geografias anticoloniais na Amazônia brasileira. 2024. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. doi:10.11606/T.8.2024.tde-28112024-113909. Acesso em: 2025-08-06.

BENITES, Eliel. A Busca do Teko Araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá. 2021. Tese (Doutorado) - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, Dourados, MS, 2021. Disponível em:

<https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2025/01/ElieiBenites.pdf> - Acesso em: 06/08/2025

Sites:

<https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/34499.pdf>
Acessado em 09/04

Foto Borba Gato -
<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2021-07-28/autor-galo-incendio-borba-gato.html> - Acessado em 15/04

Foto Monumento às Bandeiras -
<https://www.ecodebate.com.br/2013/10/09/monumento-a-resistencia-do-povo-guarani-artigo-de-marcos-dos-santos-tupa/> - Acessado em 15/04

Foto Manifestação do Acampamento Terra Livre 2025 -
https://imagens.ebc.com.br/ftM-Kkrf_DJI929mYkpvd3Uy_X4=/1170x700/smart/https://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/default/files/thumbnails/image/2025/04/08/08042025-pzzb0254.jpg?itok=YOLhRHzM - Acessado em 15/04

Indígenas Yanomami sofrem com desnutrição grave e malária na maior reserva do Brasil -
<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/24/fotos-indigenas-yanomami-sofrem-com-desnutricao-grave-e-malaria-na-maior-reserva-do-brasil.ghtml> - Acessado em 01/06

Crianças yanomami foram 'sugadas e cuspidas' por draga de garimpeiros, dizem indígenas -
<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/10/criancas-ianomamis-foram-sugadas-e-cuspidas-por-draga-de-garimpeiros-dizem-indigenas.shtml> - Acessado em 01/06

Matéria G1 -
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml> - Acessado em 01/06

Agronegócio financia lobby para patrulhar livros didáticos -
<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reporter-brasil/2024/10/30/agronegocio-financia-lobby-para-patrulhar-livros-didaticos.htm> - Acessado em 10/06

O novo olhar de Sebastião Salgado sobre Serra Pelada -
https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/26/cultura/1564157673_876694.html -
Acessado em 12/07

LEI Nº 7.805, DE 18 DE JULHO DE 1989. -
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7805.htm - Acessado em 10/07

Garimpo ilegal: como funciona e quais são os impactos deste crime? -
<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/garimpo-ilegal-e-seus-impactos/> - Acessado em 10/07

Uma história sem pesares -
<https://museudapessoa.org/historia-de-vida/uma-hist-ria-sem-pesares/> - Acessado em 10/07

A ofensiva da ditadura militar contra a Amazônia -
<https://quatrocinco.com.br/galeria/a-ofensiva-da-ditadura-militar-contra-a-amazonia/> - Acessado em 08/07

Juarez Transamazônico, o 'bebê do futuro', busca seu passado -
<https://sumauma.com/juarez-transamazonico-o-bebe-do-futuro-busca-seu-passado/> - Acessado em 05/07

Povos Indígenas no Brasil - Kuruaya -
<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kuruaya> - Acessado em 02/08

Terras Indígenas no Brasil - <https://terrasindigenas.org.br/mapa> - Acessado em 02/08

Pasta RADAM Centro de Referência Virtual Indígena do Armazém Memória -
<https://app.docvirt.com/DocIndio/pageid/121905> - Acessado em 02/08

Busca RADAM na Biblioteca do IBGE-
<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=todos&campo=todos¬qry=&opeqry=&texto=radam&digital=false&fraseexata=> - Acessado em 02/08

Anuário Mineral Brasileiro -
<https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/economia-mineral/publicacoes/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro> - Acessado em 02/08

Aluminum resources of Brazil -
<https://www.usgs.gov/publications/aluminum-resources-brazil> - Acessado em 02/08

Nota pública de repúdio contra o propósito do Ministro de Minas e Energia de promover novo esbulho da terra indígena Waimiri-Atroari -
<https://apiboficial.org/2018/05/22/nota-publica-de-repudio-contra-o-proposito-do-ministro-de-minas-e-energia-de-promover-novo-esbulho-da-terra-indigena-waimiri-atroari/> - Acessado em 02/08

Produtora de cobre Paranapanema teria mantido indígenas em “semi-escravidão”
na ditadura -
<https://apublica.org/2023/06/produtora-de-cobre-paranapanema-teria-mantido-indigenas-em-semi-escravidao-na-ditadura/> - Acessado em 02/08

Povos Indígenas no Brasil - Waimiri Atroari -
https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Waimiri_Atroari - Acessado em 02/08

United States Geological Survey - <https://www.usgs.gov/> - Acessado em 02/08

Brazil geological education project, 1958-1965 -
<https://www.usgs.gov/publications/brazil-geological-education-project-1958-1965> -
Acessado em 02/08

Sud Aviation Caravelle https://pt.wikipedia.org/wiki/Sud_Aviation_Caravelle -
Acessado em 02/08

Popcorn and ice cream sellers’: Bolsonaro discursa em inglês em ato na Paulista -
https://www.youtube.com/watch?v=7bFP3z_a5VY - Acessado em 02/08

Propaganda RADAM, Amazônia (1976) - Acervo Arquivo Nacional
https://www.youtube.com/watch?v=ikYT9LNpU_0 - Acessado em 02/08

1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade -
https://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/r_cv_am_waimiri_atroari.pdf -
Acessado em 03/08

Acervo MAM - <https://mam.org.br/exposicao/sonhos-yanomami/> - Acessado em 03/08

Cartografia indígena: os mapas com os quais os povos amazônicos protegem seu território -
<https://elpais.com/america-futura/2025-06-28/cartografia-indigena-los-mapas-con-los-que-los-pueblos-amazonicos-protegen-su-territorio.html> - Acessado em 06/08

Cuando los Pies Besan el Piso - Calle 13 -
<https://www.youtube.com/watch?v=F0naf0cThd4> - Acessado em 06/08

Queda de árvore revela urnas funerárias com ossos humanos de milhares de anos no Amazonas -
<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2025/06/14/urnas-funerarias-milenares-e-ossos-humanos-sao-encontrados-em-ilha-artificial-construida-por-indigenas-no-am.g.html> - Acessado em 06/08